inpEV

INSTITUTO NACIONAL DE PROCESSAMENTO DE EMBALAGENS VAZIAS

Relatório de Sustentabilidade 2014

Embalagens vazias de defensivos agrícolas encaminhadas pelo inpEV para a Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos, onde serão recicladas em Ecoplástica Triex

Sobre a capa: a foto ilustra embalagens Ecoplástica Triex, produzidas a partir da resina das embalagens vazias de defensivos agrícolas destinadas pelo Sistema Campo Limpo

SUMÁRIO

2 Apresentação

3 Destaques 2014

4 Mensagem do presidente

6 **O inpEV**
8 Gestão de pessoas
11 Governança corporativa
14 Administração e gestão financeira

16 Sistema Campo Limpo

20 Eficiência e qualidade
23 Controle apurado
26 Eficácia logística do SCL
27 Capacitação dos gestores

28 Engajamento
30 Educação ambiental
31 Dez anos de DNCL
32 Atitude integradora

34 Gestão ambiental
36 Proteção ambiental e recursos naturais

38 Sobre o relatório
40 Sumário GRI

49 Anexo: Demonstrações financeiras

APRESENTAÇÃO

O Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (inpEV), núcleo de inteligência e coordenador do Sistema Campo Limpo (SCL), apresenta os destaques de seu desempenho econômico, ambiental e social no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2014.

A publicação segue as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI), principal referência internacional para o relato da sustentabilidade. Está disponível em versão *online* e para *download* no *site* www.inpev.org.br. Ao longo da publicação, foi adotado um elemento visual que reflete a visão da organização a respeito da sua dinâmica de funcionamento e do seu papel como gestora e integrante do Sistema Campo Limpo. São engrenagens que representam as diferentes áreas e os profissionais que executam cotidianamente a estratégia do inpEV. Elas também espelham a forma com que o Instituto integra uma iniciativa maior, relacionando-se de forma harmoniosa com os outros agentes – produtores rurais, fabricantes, canais de distribuição e governo – para transformar em realidade uma iniciativa-modelo em logística reversa.

Os indicadores socioambientais relacionados às atividades administrativas do inpEV e do SCL são colhidos pelas áreas internas. A consolidação dos dados econômico-financeiros atende às normas brasileiras de contabilidade e é analisada por uma auditoria independente.

Os desafios e avanços citados neste relatório refletem o compromisso do Instituto com o desenvolvimento contínuo do SCL. Assim como em anos anteriores, o *Relatório de Sustentabilidade 2014* tem a função de prestação de contas aos principais públicos de relacionamento do inpEV: agricultores, canais de distribuição e cooperativas, funcionários das unidades de recebimento do SCL, empresas e entidades associadas, colaboradores do Instituto, empresas recicladoras e incineradoras parceiras, outros parceiros institucionais, órgãos de imprensa, poder público e a sociedade.

DESTAQUES 2014

Ampliação da estrutura física e da capilaridade do recebimento, aperfeiçoamento dos sistemas de informação e investimento em segurança são alguns dos destaques do ano

Destinação das embalagens

O SCL destina corretamente 94% das embalagens primárias (que têm contato direto com o produto)

91%
Reciclagem

9%
Incineração

Total: 42.646 toneladas

+ uma central e cinco postos, totalizando

415
unidades de recebimento

Programa de Educação Ambiental Campo Limpo

6.200
salas de aula

1.572
escolas

21
estados

156.946
estudantes

Aprimoramento da gestão

150 gestores das centrais e presidentes de associações foram capacitados em:

- gestão financeira e contábil
- operações

Foco na segurança

- Consolidação do sistema de monitoramento de incidentes e acidentes
- Reforço na estratégia de prevenção
- Diálogos de Segurança (encontros de conscientização que acontecem periodicamente no início do horário de trabalho)

Reconhecimento

- Prêmio Mérito Agropecuário Deputado Homero Pereira, concedido pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural e pela Mesa Diretora da Câmara dos Deputados
- Finalista do Agrow Awards 2014, na categoria Best Stewardship Programme (melhor programa de segurança do produto), pela correta destinação de mais de 1,2 mil toneladas de defensivos agrícolas proibidos por lei

4,8 mil
recebimentos itinerantes beneficiaram agricultores de áreas onde não existe uma cadeia produtiva estruturada

10 anos
do Dia Nacional do Campo Limpo

MENSAGEM DO PRESIDENTE |G4-1|

A capacidade de recebimento do Sistema Campo Limpo acompanha o ritmo de crescimento da agricultura

O agronegócio tem papel fundamental no desenvolvimento econômico do Brasil e em sua projeção no cenário produtivo mundial. O Produto Interno Bruto (PIB) do setor cresceu cerca de 4% em 2014, segundo a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), um movimento quase dez vezes maior do que o crescimento projetado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) para a economia brasileira como um todo.

O crescimento continuado da produtividade no campo nos últimos anos repercute diretamente no Sistema Campo Limpo (SCL) e na logística reversa de embalagens pós-consumo de defensivos agrícolas. Nosso desafio é acompanhar o ritmo da agricultura, para que o Sistema assimile o aumento do volume de recipientes entregues nas unidades de recebimento.

Foi o que fizemos em 2014, ano especial para o inpEV e o SCL por diversos motivos, a começar pelo fato de termos superado a marca de 300 mil toneladas de embalagens de defensivos agrícolas pós-consumo desde o início das operações do Sistema, em 2002. Nosso alcance e nossa produtividade aumentam ano a ano, resultado do planejamento cuidadoso e da aplicação do aprendizado cotidiano na melhoria dos sistemas de gestão e na infraestrutura das operações.

Não seríamos capazes disso sem o desenvolvimento contínuo de ideias e soluções que levam em consideração as especificidades das diferentes regiões e a evolução do mercado. Em 2014, implementamos o Agendamento de Devolução de Embalagens Vazias (adEV).

Além de ser mais uma opção para o agricultor devolver as embalagens, o adEV possibilita ganhos de eficiência no transporte e fornece importantes informações para o planejamento logístico de todo o Sistema.

Na gestão de processos e informações, a adoção do Sistema de Logística (SisLog) foi um avanço importante e permitiu um melhor gerenciamento do valor do frete praticado pelo inpEV, com economia para a indústria. Na operação, os principais destaques foram a sistematização e a ampliação do recebimento itinerante, para levar os benefícios da logística reversa a pequenos agricultores de áreas que não contam com uma cadeia de distribuição consolidada. Também mantivemos nosso foco em segurança: intensificamos nossas ações sobre o tema e demos continuidade à capacitação de gestores das centrais de recebimento.

O relacionamento com a comunidade foi outro ponto alto de 2014, com a celebração dos 10 anos do Dia Nacional do Campo Limpo (DNCL), iniciativa que mobiliza os elos do Sistema e a sociedade. Nas redes sociais, intensificamos o diálogo com pessoas de todo o Brasil, aumentando a visibilidade do SCL.

No que se refere às políticas setoriais, o marco foi a mudança na legislação que permitirá ao Sistema fazer a gestão da destinação ambientalmente correta também de produtos impróprios, demanda gerada pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).

O investimento contínuo no aprimoramento da gestão realizado ao longo dos últimos anos nos permitirá seguir avançando, com foco em elevar a eficiência das operações e nos aproximar cada vez mais da autossuficiência econômica.

João Cesar M. Rando
Diretor-presidente

Eu faço parte dessa história!
#dncl10anos
Eu
18
10 anos de festa!
DIA NACIONAL DO CAMPO LIMPO
Eu faço parte!
compartilhando
essa ideia

O INPEV |G4-3, 4, 5, 6 e 7|

Instituto coordena a destinação ambientalmente correta de embalagens vazias pós-consumo de defensivos agrícolas em todo o Brasil com as melhores práticas de governança

NESTE CAPÍTULO
Gestão de pessoas
Governança corporativa
Administração e gestão financeira

O Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (inpEV) é uma entidade sem fins lucrativos criada por fabricantes de defensivos agrícolas. Integram a organização cem empresas e nove entidades representativas do setor.

A criação do Instituto foi uma resposta à Lei Federal nº 9.974/2000, que instituiu o conceito de responsabilidade compartilhada na correta destinação das embalagens de defensivos pós-consumo, atribuindo aos agricultores a tarefa de devolver o material aos comerciantes (canais de distribuição), que, por sua vez, deveriam devolvê-lo aos fabricantes, para sua destinação final.

Para colocar em prática essa dinâmica de logística reversa, o inpEV atua como núcleo de inteligência do Sistema Campo Limpo (SCL) e articula todos os elos da cadeia para a correta destinação final das embalagens.

O SCL tem 415 unidades de recebimento (centrais ou postos), localizadas em 25 estados do país e no Distrito Federal. Para alcançar as localidades mais longínquas e ampliar a adesão de pequenos agricultores, realiza também recebimentos itinerantes, que cobrem especialmente as localidades onde a dinâmica produtiva não justifica a manutenção de uma infraestrutura fixa (*mais sobre o SCL na página 16*). |G4-8|

Participantes da celebração do DNCL em Ponta Grossa (PR)

ASSOCIE-SE

Empresas fabricantes ou comercializadoras de produtos registrados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), segundo a Lei Federal nº 7.802/89, podem se associar ao inpEV. Para mais informações, acesse o *site* www.inpev.org.br.

Gestão de pessoas |G4-DMA|

Ao fim de 2014, 63 profissionais (59 contratados diretos e quatro terceiros) integravam a equipe do inpEV, distribuídos entre a sede administrativa, em São Paulo, as coordenações regionais de Operação e as duas centrais próprias que o Instituto mantém como parte do Sistema Campo Limpo: Rondonópolis (MT) e Taubaté (SP). |G4-9|

63
profissionais integram a equipe do inpEV

A equipe é composta, em sua maioria (58,7%), de homens, e eles ocupam 62,5% dos cargos de liderança (diretoria, gerências, chefias e coordenações). Cerca de 64% dos colaboradores estão sediados na Região Sudeste e 29%, na Região Centro-Oeste. Dos quatro colaboradores terceiros, três ficam na Região Sudeste e um, na Centro-Oeste. À exceção dos estagiários e aprendizes, todos os contratos de trabalho seguem jornada integral e prazo indeterminado. (*Para mais informações, consulte a página 48.*) |G4-10|

A gestão de pessoas estimula o crescimento profissional e o foco em resultados. Para direcionar o desenvolvimento dos colaboradores, o Instituto promoveu mais de 2 mil horas de treinamento em 2014, com uma média de 32,6 horas por profissional. |G4-LA9|

Com o objetivo de reforçar o compromisso dos profissionais com os resultados da organização, foi consolidada, em 2014, a Avaliação de Desempenho e Contrato de Resultados (ADCR), que estabeleceu uma rotina de acompanhamento dos avanços individuais por área de atuação e da organização de forma global. Com medições quadrimestrais, a ADCR direciona a atuação profissional e permite a rápida correção de rota. O alcance dos objetivos determina a remuneração variável dos profissionais.

A ADCR é aplicada a todos os colaboradores próprios, com exceção dos operadores de centrais gerenciadas pelo inpEV, que terão o desempenho medido com uma ferramenta específica a partir de 2015.

Missão |G4-56|

Contribuir para a preservação do meio ambiente e do Sistema Campo Limpo por meio da gestão autossustentável da destinação final de embalagens vazias de produtos fitossanitários e da prestação de serviços na área de resíduos sólidos, com envolvimento e integração de todos os elos da cadeia produtiva agrícola.

Visão

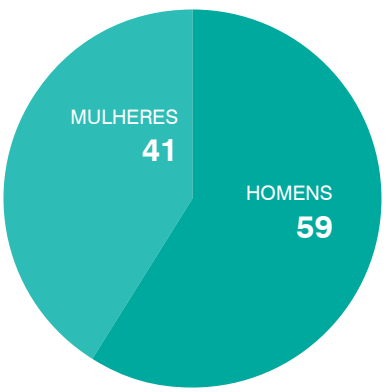
Ser reconhecido mundialmente como centro de excelência na destinação final de embalagens vazias de produtos fitossanitários e referência na prestação de serviços na área de resíduos sólidos e em autossustentabilidade no Brasil.

Valores e princípios

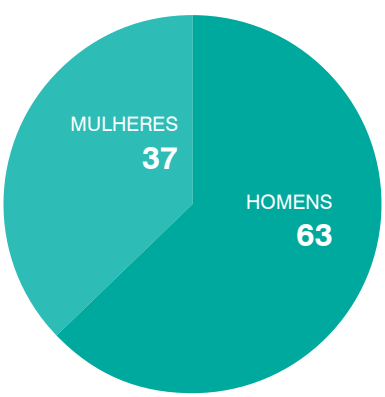
- Atitude integradora
- Inovação
- Integridade
- Responsabilidade socioambiental
- Segurança

Para estimular o crescimento profissional dos colaboradores, o inpEV realizou uma média de 32,6 h de treinamento por colaborador em 2014

TOTAL DE COLABORADORES (%)



LIDERANÇA (%)



SAÚDE

Para promover o bem-estar e as ações preventivas, o inpEV reforçou, em 2014, o programa Mais Saúde, de estímulo à alimentação saudável e à prática de atividades físicas. Ao longo do ano, palestras e informativos periódicos conscientizaram a equipe sobre os temas.

CONTRATAÇÃO E BENEFÍCIOS

Todos os colaboradores do inpEV seguem contratos de trabalho regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e são abrangidos por acordos coletivos de trabalho negociados com sindicatos locais de São Paulo e Rondonópolis. |G4-11|

Entre os benefícios oferecidos estão vale-refeição, vale-transporte, seguro de vida, planos de saúde e odontológico, cobertura para incapacidade/invalidez, reembolso de atividade física (exceto para operadores das centrais de recebimento) e licença-maternidade/paternidade.

Renato Santos, gerente da central de recebimento de Rondonópolis (MT): gestão de processos e informação no campo

MÉDIA DE TREINAMENTOS 2014 (h) |G4-LA9|

	Homens	Mulheres	Total
Diretoria	50	N/A	50
Gerência	30	45	34
Chefia/coordenação	25	29	27
Técnica/supervisão	N/A	25	25
Administrativo	22	16	19
Operacional	29	N/A	29
Terceiros	10	20	18
Aprendizes	288	288	288
Estagiários	0	N/A	0
Total	**32,5**	**32,8**	**32,6**

N/A: não se aplica. Utilizado quando não há colaboradores do gênero indicado em determinado nível hierárquico.

Governança corporativa |G4-34|

Desde a sua fundação, o inpEV emprega as melhores práticas do mercado, com um modelo de gestão baseado em normas rígidas de auditoria e de controle. Como parte do compromisso de transparência com as empresas e entidades associadas e com os demais elos da cadeia, o Instituto divulga anualmente o resultado de suas atividades e operações segundo normas brasileiras de contabilidade, com a orientação de auditores externos e com o parecer do seu Conselho Fiscal.

A estrutura de tomada de decisão tem na **Assembleia Geral** sua instância máxima. Constituída com a presença dos associados, é convocada anualmente para validar as diretrizes estratégicas de médio e longo prazos e aprovar os balanços econômicos e operacionais.

O **Conselho Diretor** é formado por 13 membros titulares – cinco representantes dos associados contribuintes (eleitos em Assembleia Geral) e oito representantes de entidades associadas (associados colaboradores). Tem a função de definir as diretrizes para assegurar o cumprimento do estatuto social. Além disso, zela pelo cumprimento das leis, pela proteção do patrimônio e pelo estreitamento da relação dos elos da cadeia, entre outras atribuições.

A administração cotidiana do Instituto fica por conta da **Diretoria Executiva**, liderada pelo diretor-presidente, que é um profissional independente (sem vínculo com as empresas associadas) nomeado pelo **Conselho Diretor**.

A estrutura é completada com a atuação do Conselho Fiscal, que é formado por três membros (dentre os associados contribuintes) eleitos em Assembleia Geral e apoia e fiscaliza as outras instâncias de governança.

13
associados contribuintes e associados colaboradores formam o Conselho Diretor

CONSELHO DIRETOR (SÓCIOS CONTRIBUINTES)

Basf S.A.
Marcelo Maniero Ismael (presidente)
Francisco Verza

Du Pont do Brasil S.A.
Marcelo Okamura (vice-presidente)
José Donizeti Vilhena

Monsanto do Brasil Ltda.
Luciano Fonseca
Saul Scatolini Duarte

Nufarm Indústria Química e Farmacêutica S.A.
Luis Henrique Sanfelice Rahmeier
Gilberto Bento Schiavinato

Syngenta Proteção de Cultivo S.A.
Leandro Conti
José Roberto Pelaquim

EMPRESAS ASSOCIADAS

100
empresas e
9 associações
integram o inpEV

- Action S.A.
- Adama Brasil AS
- ADM do Brasil Ltda.
- Agecom Produtos de Petróleo Ltda.
- Agro Import do Brasil Ltda.
- Agrocete Indústria de Fertilizantes Ltda.
- Agrovant Comércio de Produtos Agrícolas Ltda.
- Allierbrasil Agronomia Ltda.
- Allvet Química Industrial Ltda.
- Alta – América Latina Tecnologia Agrícola Ltda.
- Ameribrás Indústria e Comércio Ltda.
- Amvac do Brasil Representações Ltda.
- Anasac Brasil Comércio e Locação de Máquinas Ltda.
- Arysta Lifescience do Brasil Indústria Química e Agropecuária Ltda.
- Atanor do Brasil Ltda.
- Atar do Brasil Defensivos Agrícolas Ltda.
- Atta-Kill Indústria e Comércio de Defensivos Agrícolas Ltda.
- Ballagro Agro Tecnologia Ltda.
- Basf Agricultural Specialties Ltda.
- Basf S.A.
- Bayer S.A.
- Bernardo Química S.A.
- Bio Controle Métodos de Controle de Pragas Ltda.
- Bio Soja Indústrias Químicas e Biológicas Ltda.
- Biocontrol Sistema de Controle Biológico Ltda.
- Biotech Controle Biológico Ltda.
- BRA Defensivos Agrícolas Ltda.
- CCAB Agro S.A.
- Cheminova Brasil Ltda.
- Chemotécnica do Brasil Ltda.
- Chemtra Comercial, Importação e Exportação Ltda.
- Comércio e Indústria Matsuda Importadora e Exportadora Ltda.
- Consagro Agroquímica Ltda.
- Cropchem Ltda.
- Cross Link Consultoria e Comércio Ltda.
- De Sangosse L.A. Ltda.
- Degesch do Brasil Indústria e Comércio Ltda.
- Dinagro Agropecuária Ltda.
- Dow Agrosciences Industrial Ltda.
- Du Pont do Brasil S.A.
- Enro Industrial Ltda.
- Evonik Degussa Brasil Ltda.
- Fênix Agro Pecus Industrial Ltda.
- FMC Química do Brasil Ltda.
- Fort Dodge Saúde Animal Ltda.
- Funguran Giulini Ltda.
- Genbra Distribuidora de Produtos Agrícolas Ltda.
- Helm do Brasil Mercantil Ltda.

- Iharabrás S.A. Indústrias Químicas
- Indústria Química Dipil Ltda.
- Inquima Ltda.
- Irrigações Dias Cruz Ltda.
- Isagro Brasil Comércio de Produtos Agroquímicos Ltda.
- Isca Tecnologias Ltda.
- Koppert do Brasil Holding Ltda.
- Koppert do Brasil Sistemas Biológicos Ltda.
- Laboratório de Biocontrole Farroupilha Ltda.
- Lanxess Indústria de Produtos Químicos e Plásticos Ltda.
- Luxembourg Brasil Comércio de Produtos Químicos Ltda.
- Macdermid Agricultural Solutions Comércio de Produtos Agrícolas Ltda.
- Macroseeds Indústria e Comércio de Insumos Agrícolas Ltda.
- Microquímica Indústrias Químicas Ltda.
- Microsal Indústria e Comércio Ltda.
- Momentive Performance Materials Indústria de Silicones Ltda.
- Monsanto do Brasil Ltda.
- Morsoletto Santos e Vicente Cano Ltda.
- Nortox S.A.
- Novozymes Bioag Produtos para Agricultura Ltda.
- Nufarm Indústria Química e Farmacêutica S.A.
- Ouro Fino Química Ltda.
- Oxiquímica Agrociência Ltda.
- Petrobrás Distribuidora S.A.
- Pilarquim BR Comercial Ltda.
- Plato do Brasil Comércio Ltda.
- Poland Química Ltda.
- Prentiss Química Ltda.
- Produtos Químicos São Vicente Ltda.
- Prophyto Comércio e Serviços Ltda.
- PRTrade Tecnologia e Indústria Química e Farmacêutica Ltda.
- Reccol Comercial Importação Exportação Ltda.
- Rohm and Haas Química Ltda.
- Rotam do Brasil Agroquímica e Produtos Agrícolas Ltda.
- Sabero Organics América S.A.
- Samaritá Indústria e Comércio Ltda.
- Sharda do Brasil Comércio de Produtos Químicos e Agroquímicos Ltda.
- Simbiose Indústria e Comércio de Fertilizantes e Insumos Microbiológicos Ltda.
- Sinon do Brasil Ltda.
- Sipcam Nichino Brasil S.A.
- Stockton – Agrimor do Brasil
- Stoller do Brasil Ltda.
- Sumitomo Chemical do Brasil Representações Ltda.
- Syngenta Proteção de Cultivos S.A.
- Taminco do Brasil Produtos Químicos Ltda.
- Total Lubrificantes do Brasil Ltda.
- Unibrás Agroquímica Ltda.
- Union Agro Ltda.
- United Phosphorus do Brasil Ltda.
- UPL do Brasil Indústria e Comércio de Insumos Agropecuários S.A.
- VectorControl Indústria e Comércio de Produtos Agropecuários Ltda.
- W. Neudorff Serviços de Agricultura do Brasil Ltda.

ENTIDADES ASSOCIADAS

Abag
Associação Brasileira do Agronegócio

Aenda
Associação Brasileira dos Defensivos Genéricos

Andav
Associação Nacional dos Distribuidores de Insumos Agrícolas e Veterinários

Andef
Associação Nacional de Defesa Vegetal

APPS
Associação Paulista dos Produtores de Sementes e Mudas

Aprosoja
Associação Brasileira dos Produtores de Soja

CNA
Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil

OCB
Organização das Cooperativas Brasileiras

Sindiveg
Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal

Administração e gestão financeira |G4-DMA|

Para colocar em execução a abrangente dinâmica de logística reversa do Sistema Campo Limpo, o inpEV se vale de diferentes fontes de recursos, que são administrados de modo a assegurar a maior eficiência das operações. A maior parte das receitas do Instituto se origina das contribuições das empresas associadas, e o restante provém da taxa de credenciamento dos recicladores parceiros do SCL, do ingresso para custeio das unidades de recebimento e do arrendamento da Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos.

Em uma trajetória consistente de consolidação financeira, o inpEV vem reduzindo paulatinamente a participação percentual das contribuições das empresas. Em 2013, elas representavam 56% e, em 2014, 51%.

O inpEV é uma sociedade civil de direito privado sem fins lucrativos constituída por associados não remunerados. Todo o valor adicionado é reinvestido dentro do Sistema

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO (R$ mil) | G4-9 e EC1|

	2012	2013	2014
1. Receitas[1]	89.335,00	99.102,00	106.747,00
2. Insumos adquiridos de terceiros	67.897,00	70.857,00	89.601,26
3. Valor adicionado bruto (1-2)	21.438,00	28.245,00	17.145,74
4. Retenções	4.267,00	5.078,00	6.497,83
5. Valor adicionado líquido produzido (3-4)	17.171,00	23.167,00	10.647,91
6. Valor adicionado recebido em transferência	1.391,00	1.579,00	1.894,00
7. Valor adicionado total a distribuir (5+6)	18.562,00	24.746,00	12.541,91
Colaboradores (remuneração, benefícios e encargos)	9.796,00	10.341,00	10.258,06
Governo (impostos, taxas e contribuições)	2.530,00	2.733,00	3.567,63
Lucro retido/prejuízo do exercício	(5.878,00)	5.337,00	(1.676,44)
Remuneração de capital de terceiros (juros e alugueis)	358,00	453,00	392,67
Valor adicionado acumulado	(1.391,00)	1.579,00	3.352,88

1 Inclui reversão de provisões, Cofins de arrendamento e despesas não operacionais.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO (R$ MILHÕES)

	2012	2013	2014
Ativo total	88,2	97,6	95,4
Recursos totais que financiam o programa (inpEV + elos da cadeia) acumulados desde 2002	607	700	801
Receita operacional[1]	87,7	98,8	107,3
Contribuições de associados	48	56	55
Taxa de credenciamento[2]	9	10	12
Arrendamento Campo Limpo[3]	5	6	6
Patrimônio líquido	72	77	76
Dívida líquida	2,3	4,5	5,4

1 Do total, 51% são provenientes do aporte das associadas.
2 Pago pelos recicladores pela remessa de embalagens e pela cooperação técnica com o inpEV.
3 Aluguel pago pela Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos ao inpEV.

MONITORAMENTO E RESULTADOS

Por meio de um painel de indicadores, o inpEV monitora mensalmente seu desempenho nos principais aspectos gerenciais. A ferramenta permite aos gestores acompanhar a evolução do desempenho e adotar mudanças com agilidade.

MONITORAMENTO DO DESEMPENHO 2014

	JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAI.	JUN.	JUL.	AGO.	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.	TOTAL
Desempenho geral	🟢	🟢	🟡	🔵	🟡	🔴	🔵	🟢	🟢	🔴	🔵	🔵	🔵
Custo por kg (sem a área de projetos)	🔴	🔵	🔴	🔵	🔴	🔴	🔵	🔵	🔵	🔵	🔵	🔵	🔵
Custo por kg (total)	🟢	🔵	🔴	🔵	🔴	🔴	🔵	🔵	🔵	🔵	🔵	🔵	🔵
Orçamento inpEV (sem a área de projetos)	🔴	🔵	🔴	🔵	🔴	🔴	🔵	🔵	🔴	🔵	🔵	🔵	🔵
Orçamento inpEV (total)	🔴	🔵	🔴	🔵	🔴	🔴	🔵	🔵	🔴	🔵	🔵	🔵	🔵
Destinação final	🟢	🟢	🔴	🔵	🔵	🟢	🔵	🔵	🔵	🟢	🟢	🔵	🔵
Total de embalagens destinadas (de Coex em kg)	🔴	🟢	🔴	🟢	🔵	🔵	🔵	🔵	🔵	🟢	🟢	🟢	🟢
Total de embalagens destinadas	🔵	🟢	🔴	🟢	🔵	🔴	🔵	🔵	🔵	🔵	🔴	🔵	🔵
Total de embalagens recicladas	🔵	🟢	🔴	🟢	🔵	🟡	🔵	🟢	🔵	🟢	🟡	🔵	🟢
Total de embalagens destinadas (de Pead Mono em kg)	🔵	🔵	🟢	🔵	🔵	🔵	🔵	🔵	🔵	🟢	🟡	🔵	🔵
Exposição na mídia (*clippings*)	🔵	🔵	🔴	🔵	🔴	🔴	🔵	🟢	🔴	🔴	🔵	🔵	🔵
Peso transportado por caminhão	🟢	🔵	🔵	🔵	🟢	🔵	🔵	🔵	🔵	🔵	🔵	🟡	🔵

🔵 SUPERADO 🟢 REALIZADO 🟡 REALIZADO, AINDA QUE PRÓXIMO DO LIMITE 🔴 ABAIXO DO ESTIMADO

SISTEMA CAMPO LIMPO |G4-26 e DMA|

O engajamento dos agentes diretamente envolvidos no setor de defensivos agrícolas e a articulação de diferentes estratégias de recebimento permitem que o Sistema Campo Limpo (SCL) alcance cobertura nacional e assegure a destinação final correta de todas as embalagens devolvidas pelos produtores rurais às unidades de recebimento. Esse total perfaz 94% das embalagens primárias (que têm contato direto com o produto) comercializadas ano a ano e 80% de todo o volume de embalagens de defensivos agrícolas (plástico, papelão e metal).

Por meio do SCL, o material recebido é encaminhado para o destino final. A maior parte das embalagens volta ao sistema produtivo como matéria-prima para empresas recicladoras parceiras do inpEV, que produzem novas embalagens para defensivos (Ecoplástica Triex), tubos para esgoto, embalagem de óleo lubrificante, cruzetas de postes de transmissão de energia, conduítes e dutos, entre outros. Em 2014, elas representaram 91% do material recebido.

Os 9% restantes reúnem embalagens que não são passíveis de reciclagem ou que não passaram pelo processo de tríplice lavagem ou lavagem sob pressão pelo agricultor no momento de preparo da calda. São as embalagens flexíveis ou que acondicionam produtos não miscíveis em água, por exemplo.

Não há, no mundo, uma iniciativa de logística reversa de embalagens de defensivos agrícolas pós-consumo como o SCL. Segundo estudo setorial realizado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES),[1] o recolhimento chega a 76% na Alemanha, 73% no Canadá, 66% na França, 50% no Japão e 30% nos Estados Unidos.

1 SILVA, Martim F. de O. e COSTA, Letícia M., A indústria de defensivos agrícolas, "Estudo Setorial de Química". In: *BNDES Setorial Química*, 2012, p. 233-276.

Fluxo do Sistema Campo Limpo

Comercialização

As revendas e cooperativas indicam, na nota fiscal, o local onde as embalagens vazias devem ser devolvidas pelos agricultores

Tríplice lavagem

No momento do preparo da calda para aplicação na lavoura, o agricultor faz a tríplice lavagem ou lavagem sob pressão e armazena temporariamente a embalagem vazia em local adequado em sua propriedade

Devolução

As embalagens vazias são devolvidas pelo agricultor na unidade de recebimento do Sistema indicada na nota fiscal

Processamento das embalagens

Nessa etapa, as embalagens vazias de defensivos agrícolas são preparadas pelos funcionários das unidades de recebimento para seguirem para o destino final (reciclagem ou incineração). Atualmente, mais de 400 unidades, entre centrais e postos, estão espalhadas pelo Brasil

Destinação ambientalmente correta

Representados pelo inpEV, os fabricantes de defensivos agrícolas são responsáveis pelo transporte das embalagens vazias entre as unidades de recebimento e seu destino final

Fundamentos do Sistema Campo Limpo

Quatro fundamentos são determinantes para o bom funcionamento do Sistema:

Lei:
determina o compartilhamento de responsabilidades

Integração:
todos os elos da cadeia, desde o início do Sistema

Sistema Campo Limpo (2014)

- Geração de 1,5 mil empregos diretos
- Presente em 25 estados e no Distrito Federal
- 113 centrais e 302 postos, totalizando 415 unidades de recebimento
- 156 mil m² de área construída
- 4,8 mil recebimentos itinerantes
- 42.646 mil toneladas de embalagens destinadas: 91% recicladas e 9% incineradas
- Mais de 320 mil toneladas de embalagens destinadas (12 anos de atuação)

Fabricantes, comercializadores e agricultores atuam de forma corresponsável na destinação ambientalmente correta das embalagens de defensivos agrícolas pós-consumo

Educação e conscientização:
investimentos contínuos com foco nos agricultores e nas futuras gerações

Gestão da informação:
sistemas de informação que orientam a tomada de decisão com foco na eficiência, produtividade, redução de custo e captura de valor

EFICIÊNCIA E QUALIDADE |G4-26 e DMA|

SCL amplia seu alcance e supera desafios com investimentos estruturados em logística, informação, capacitação e segurança

NESTE CAPÍTULO
Controle apurado
Eficácia logística do SCL
Capacitação dos gestores

O agronegócio representa 22,54% do Produto Interno Bruto e vem registrando crescimento acima da economia nacional. Envolve 5,1 milhões de propriedades rurais. Destas, 27%[2] utilizam defensivos agrícolas. Entre as médias propriedades, a parcela que utiliza o produto chega a 36% e, entre as grandes, 80%. Em linha com a maior projeção do Brasil no cenário mundial de alimentos e para atender à necessidade de aumento da produção, o setor vem atuando em duas frentes: ampliação da fronteira agrícola, com a entrada em cena de novas áreas de plantio, conhecidas como Mapitoba (Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia), e aumento da produtividade, com investimentos crescentes em tecnologia "dentro da porteira", como o uso de defensivos agrícolas.

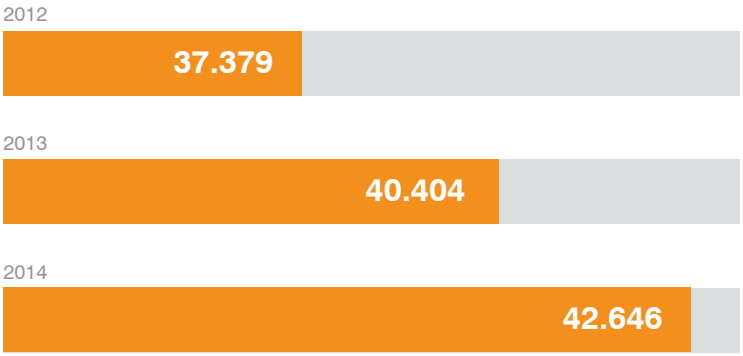
Para acompanhar o crescimento da demanda, o inpEV investe continuamente no aperfeiçoamento da estrutura logística e da gestão de processos e de informações que dão sustentação ao Sistema Campo Limpo. O foco na eficiência tem como objetivos aumentar a capilaridade do recebimento, manter os custos compatíveis e capturar valor associado às atividades do Instituto.

Em 2014, o Sistema destinou 42.646 toneladas de embalagens, o que representa um incremento de 6% em relação ao resultado de 2013. Do total, 91% das embalagens foram recicladas. Os 9% restantes – compostos de materiais flexíveis, que condicionam produtos não miscíveis em água ou que não foram corretamente lavados pelos produtores durante o preparo da calda do produto aplicado nas lavouras – foram incinerados. |GRI EN28|

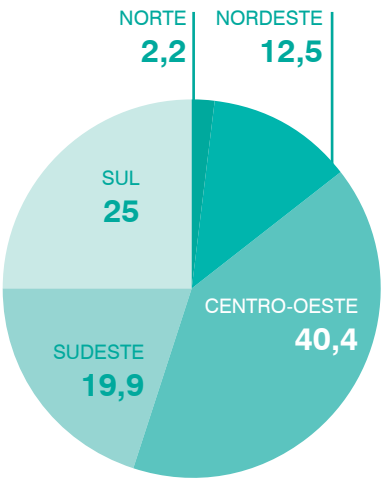
A imagem que traz um agricultor realizando a tríplice lavagem foi selecionada para ser a identidade da campanha do recebimento itinerante

2 Fonte: Brasil – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Agropecuário (2006), p. 216. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/brasil_2006/Brasil_censoagro2006.pdf. Acesso em: 10 de março de 2015.

EMBALAGENS DESTINADAS (t) |G4-EN23|



DESTINAÇÃO POR REGIÃO – 2014 (%)



DESTINAÇÃO (t)

Estado	2013	2014	Variação (%)
Bahia	3.254	3.298	1,4
Espírito Santo	296	369	24,5
Goiás	4.499	4.454	(1,0)
Mato Grosso	9.564	9.852	3,0
Mato Grosso do Sul	2.646	2.933	10,9
Minas Gerais	3.304	3.228	(2,3)
Paraná	5.003	5.367	7,3
Pernambuco	216	312	44,4
Piauí	509	787	54,7
Rio Grande do Sul	3.753	4.479	19,4
Rondônia	246	386	57,3
Santa Catarina	615	824	34,0
São Paulo	4.769	4.816	1,0
Tocantins	278	400	44,1
Rio de Janeiro	39	57	47,6
Outros[1]	1.415	1.082	(23,5)
Totais	**40.404**	**42.646**	**5,5**

1 Representa a soma de Distrito Federal e estados do Acre, Alagoas, Amazonas, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Rio Grande do Norte, Roraima e Sergipe.

Nota: variações na quantidade destinada de um ano para o outro nos estados são consequência de fatores pontuais, entre eles: variação no consumo de defensivos agrícolas causada por mudanças climáticas, disponibilidade de frete, otimizações na logística e expansão da fronteira agrícola.

CONHECIMENTO APLICADO

Com a revogação, em 2014, da Resolução Conama 334/03 – que proibia o recebimento de sobras ou resíduos de produtos nas unidades de recebimento – e a sua substituição pela Resolução Conama 465/14, o Sistema Campo Limpo, coordenado pelo inpEV, iniciará um planejamento para também receber e destinar embalagens com sobras de produtos pós-consumo considerados impróprios. Trata-se de produtos fabricados e comercializados regularmente no Brasil, mas que estão com a data de validade vencida ou a embalagem avariada.

O recebimento de restos de produtos nas centrais não é imediato, pois a nova resolução prevê modificações físicas, mudanças em procedimentos operacionais e obtenção de uma nova licença de operação no órgão competente. Os primeiros recebimentos das sobras acontecerão ainda em 2015, e a expectativa é que até 2017 todas as centrais estejam adequadas e licenciadas para o novo serviço.

INOVAÇÃO

Criada pelo inpEV em 2008, a Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos fecha o ciclo da logística reversa de embalagens vazias pós-consumo de defensivos agrícolas com a oferta no mercado de produtos de alta qualidade. O destaque é a Ecoplástica Triex, uma embalagem inovadora para defensivos agrícolas que combina camadas de resina virgem e resina reciclada e oferece alta resistência. Ela foi a primeira de sua categoria a obter a certificação UN (grupo II, densidade 1,4 g/cm^3) para o transporte marítimo e terrestre de produtos perigosos.

35
centrais oferecem o serviço de agendamento eletrônico de devolução de embalagens

Controle apurado

A eficiência do Sistema Campo Limpo decorre da gestão dos processos e das informações. Ao reconhecer isso, o inpEV adota novas tecnologias e novos processos de gestão da informação pautados na viabilidade econômica, sempre visando a soluções que contribuam para a autossuficiência econômica do Sistema.

O Sistema de Informações das Centrais (SIC) é um exemplo concreto disso. Ele fornece, em tempo real, a quantidade e o tipo de material movimentado até o dia anterior, orientando o gerenciamento e a tomada de decisão.

No segundo semestre de 2014, começou a ser implementado o módulo Sistema de Logística (SisLog), que será ampliado em 2015. Construído em parceria com as empresas associadas, o SisLog permite avaliar e otimizar custos de transporte e frete. Além disso, está adaptado a outra característica logística do SCL: a utilização de cerca de 90% de caminhões *truck* (até 13,5 toneladas de carga). |G4-EN30|

TECNOLOGIA PARA O AGRICULTOR

Adotado em 35 centrais em 2014, o Agendamento de Devolução de Embalagens Vazias (adEV) oferece mais uma opção de devolução de embalagens pós-consumo ao agricultor, que pode programar, do seu computador, celular ou *tablet*, suas entregas a longo prazo.

Para o inpEV, o agendamento possibilita prever a quantidade de embalagens vazias nas centrais e garante uma operação logística mais eficiente e melhor aproveitamento da mão de obra. A meta para 2015 é expandir o serviço para outras centrais.

Tríplice lavagem

Embalagens laváveis[3]

Cuidado com o meio ambiente

Antes de entregar o material nas unidades de recebimento do SCL, os agricultores devem fazer a tríplice lavagem ou lavagem sob pressão das embalagens rígidas (plásticas ou metálicas) pós-consumo de defensivos agrícolas, conforme procedimento descrito a seguir.

1
Esvaziar totalmente o conteúdo da embalagem no tanque do pulverizador.

2
Adicionar água limpa à embalagem até 1/4 do seu volume.

3
Tampar bem a embalagem e agitar por 30 segundos.

4
Despejar a água de lavagem no tanque do pulverizador. Realizar a lavagem três vezes.

5
Inutilizar a embalagem plástica ou metálica, perfurando o fundo.

3 Somente são recicláveis as embalagens plásticas e metálicas que passam pelo processo de lavagem no momento da aplicação do produto, as embalagens de papelão e as tampas.

Lavagem sob pressão

Embalagens laváveis[4]

É responsabilidade do agricultor realizar a lavagem no momento do preparo da calda do produto

1
Esvaziar totalmente o conteúdo da embalagem no tanque do pulverizador.

2
Encaixar a embalagem vazia no local apropriado do funil instalado no pulverizador.

3
Acionar o mecanismo para liberar o jato d'água.

4
Direcionar o jato d'água para todas as paredes internas da embalagem, por 30 segundos.

5
Transferir a água de lavagem para o interior do tanque do pulverizador.

6
Inutilizar a embalagem plástica ou metálica, perfurando o fundo.

4 Somente são recicláveis as embalagens plásticas e metálicas que passam pelo processo de lavagem no momento da aplicação do produto, as embalagens de papelão e as tampas.

Parte das embalagens vazias devolvidas por agricultores de Ibiapina (CE) durante um dos 24 recebimentos itinerantes realizados no estado no ano

Eficácia logística do SCL

4,8 mil
recebimentos itinerantes ampliaram a capilaridade do SCL em 2014

Para ajustar-se à demanda de recebimento, acompanhando a abertura de novas fronteiras agrícolas, a estrutura física do SCL foi ampliada, em 2014, com a inauguração de uma nova central e cinco postos, totalizando 415 unidades de recebimento. O Sistema movimentou 12,7 mil veículos para o transporte das embalagens pós-consumo e registrou um pequeno aumento na média transportada, alcançando 13,6 toneladas por caminhão. O transporte aproveita o frete de retorno: os veículos que transportam as embalagens cheias aos agricultores e distribuidores são utilizados, na volta, para levar as embalagens vazias a granel dos postos para as centrais, onde são compactadas e levadas ao destino final (reciclagem e incineração).

À estrutura fixa (centrais e postos), somam-se os recebimentos itinerantes, realizados pelo canal de distribuição local em parceria com entidades locais, veículos de comunicação e o poder público, com o apoio do inpEV.

Com essa ação, o inpEV amplia o acesso, ao Sistema Campo Limpo, de pequenos e médios produtores dedicados à agricultura familiar cujas propriedades estão localizadas em áreas onde não há uma cadeia produtiva estruturada. |G4-26|

A iniciativa aumenta a capilaridade do SCL, colaborando para consolidar a cultura de devolução das embalagens. Foram 4,8 mil recebimentos itinerantes em 2014.

Esse modelo de recebimento tem ainda mais importância – e funcionalidade – em decorrência da expansão da agricultura e do surgimento de novas propriedades em áreas que antes não eram cultivadas. Primeiramente, são definidos locais temporários de recebimento, o que é divulgado com antecedência para que os agricultores possam preparar as embalagens para devolução.

Em 2014, teve destaque o projeto implementado no Ceará: foram realizados 24 recebimentos itinerantes em localidades do estado, com base em uma cartilha de boas práticas. Nessas ocasiões, pequenos e médios agricultores puderam devolver as embalagens vazias armazenadas em suas propriedades. A iniciativa será ampliada de forma sistemática em outras áreas do país em 2015.

VISITA

Em julho, executivos de organizações ligadas ao agronegócio na Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Uruguai e Paraguai visitaram a Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos para conhecer o funcionamento do SCL. Integrou o grupo a CropLife Latin America, organização formada por nove companhias e comprometida com a produtividade e a sustentabilidade da agricultura por meio da oferta de melhores sementes, biotecnologia e produtos fitossanitários.

Na central de recebimento de Taubaté (SP), os executivos viram de perto diversos procedimentos, como a devolução e o recebimento de embalagens lavadas e não lavadas, a inspeção e classificação do material, a emissão de comprovante de devolução, a separação das embalagens por tipo, a compactação e a emissão de ordem de coleta para o transporte dos recipientes ao destino final.

Capacitação dos gestores

150
profissionais das centrais e do inpEV passaram pelo Programa de Formação de Gestores das Centrais

Em 2014, o inpEV deu continuidade ao Programa de Formação de Gestores das Centrais, formatado de acordo com as necessidades do Instituto e do SCL. Depois do módulo de Recursos Humanos, realizado em 2013, foram ministrados os módulos Financeiro/ Contábil e de Operações. Participaram 150 pessoas, entre as quais, os gerentes das centrais, alguns presidentes de associações e colaboradores do inpEV.

No final da capacitação, foram apresentados 84 trabalhos de conclusão de curso (TCCs); oito deles foram selecionados a partir de critérios de aplicabilidade, inovação e criatividade e poderão ser replicados em outras unidades do Sistema. O objetivo é dar continuidade ao aperfeiçoamento de gestores em 2015, incorporando novos módulos de treinamento.

FOCO EM SEGURANÇA

A consolidação, em 2014, de um sistema de monitoramento de incidentes e acidentes deu impulso à estratégia de prevenção adotada pelo inpEV nas unidades próprias e no SCL. Em relatórios mensais elaborados a partir de indicadores predefinidos, o Instituto tem um diagnóstico da segurança do Sistema e pode melhorar a gestão do assunto. Já está em discussão uma política para padronizar as diretrizes e os procedimentos em todas as unidades de recebimento.

Para reforçar o engajamento nas ações preventivas, a segurança ocupa boa parte da agenda das reuniões das centrais de recebimento, realizadas três vezes por ano. O tema também é tratado periodicamente em reuniões das equipes no início do trabalho: semanalmente nas centrais (Diálogo Semanal de Segurança) e quinzenalmente na sede do inpEV (Diálogo Quinzenal de Segurança).

Em 2014, as centrais de recebimento adotaram um *checklist* para verificar as condições do caminhão e do condutor, a documentação e o cumprimento de questões legais, como painéis de segurança. O objetivo é identificar e eliminar os riscos de acidentes.

Desde que iniciou suas operações, o SCL não registrou acidentes fatais e apresenta baixa taxa de gravidade. A taxa de frequência fica abaixo do limite indicado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). A expectativa, com as novas medidas, é melhorar ainda mais esse desempenho e criar uma cultura de segurança que influencie a atitude de todos.

Facebook/Cearpa Sorriso

Facebook/Weider Santana

@joelmaqueirozz

Facebook/Cila Vilela

Facebook/Gorette Rocha

@inpev

@eliandersonzte

Facebook/Luiz Fernando Marion

Facebook/Celio Maçaneiro

Facebook/Marco A. Ubaldo Filho

ENGAJAMENTO |G4-26 e DMA|

O inpEV articula os elos da cadeia e interage com a sociedade para ampliar o conhecimento sobre o SCL e conscientizar sobre a conservação do meio ambiente

NESTE CAPÍTULO
Educação ambiental
Dez anos de DNCL
Atitude integradora

As ações de conscientização e mobilização do inpEV vão além do contato com as pessoas e organizações envolvidas diretamente na destinação de embalagens vazias de defensivos agrícolas, alcançando diversos públicos estratégicos. Por meio do Programa de Educação Ambiental Campo Limpo (PEACL), por exemplo, o Instituto promove o debate sobre a conservação ambiental entre as novas gerações. Com o Dia Nacional do Campo Limpo (DNCL), o inpEV estimula a comemoração anual dos resultados consistentes do Sistema e reforça a visibilidade das ações. |G4-26|

O inpEV também participa ativamente das discussões setoriais e acompanha projetos de lei federais, estaduais e municipais que possam impactar o SCL. A intenção é agir preventivamente e colaborar com sugestões de melhoria baseadas na experiência prática adquirida desde a sua fundação. Esse desafio ampliou-se principalmente desde a entrada em vigor da Política Nacional de Resíduos Sólidos, em 2010, que motivou mudanças legislativas em diversas esferas públicas. Em 2014, foram monitorados 40 projetos de lei.

Públicos estratégicos do inpEV |G4-24|

- Agricultores
- Colaboradores
- Distribuidores/cooperativas
- Empresas e entidades associadas
- Colaboradores das unidades de recebimento
- Meios de comunicação
- Poder público
- Recicladores e incineradores parceiros
- Sociedade

Educação ambiental

O Programa de Educação Ambiental Campo Limpo (PEACL), lançado em 2010 pelo inpEV e pelas centrais do SCL, atingiu mais de 6,2 mil salas de aula, de 1,5 mil escolas do entorno de unidades de recebimento de 21 estados, em 2014. Com apoio de *kits* pedagógicos desenvolvidos especialmente para alunos do 4º e do 5º ano do Ensino Fundamental (distribuídos gratuitamente) e o tema "Caminhos da reciclagem", os professores puderam complementar o aprendizado sobre o ciclo de vida de resíduos sólidos com atividades práticas. Cerca de 157 mil estudantes participaram das atividades do programa em 2014.

Como resultado, as duas principais atividades desenvolvidas são os concursos de redação e de desenho, com etapa local e nacional. Para se ter uma ideia do interesse que elas despertam nas crianças, em 2014 foram produzidos mais de 100 mil textos e ilustrações sobre o tema "A agricultura no dia a dia das famílias brasileiras".

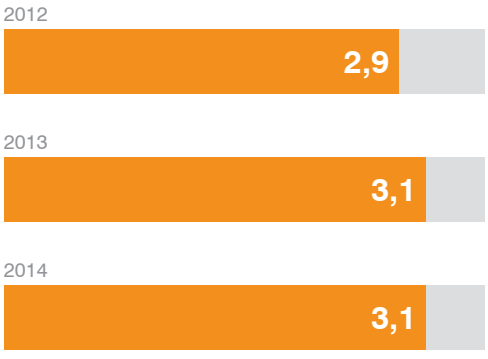
Uma comissão julgadora, formada por representantes de entidades, empresas e profissionais do mercado, como jornalistas, educadores, pedagogos e *designers*, avaliou 165 trabalhos (82 desenhos e 83 redações) pré-selecionados pelas unidades de recebimento e premiou os três melhores de cada categoria.

PEACL	2012	2013	2014
Centrais	71	93	103
Escolas	1.058	1.861	1.572
Salas de aula	3.973	7.164	6.223
Municípios	147	190	245
Concurso de desenho (participantes)	39.757	29.289	78.746
Concurso de redação (participantes)	36.165	25.804	76.460
Participantes (em todas as atividades)	81.204	128.904	156.946

245
municípios sediaram atividades de educação ambiental do programa

Em 2014, o total de alunos participantes nas atividades do PEACL cresceu 22% em relação a 2013

INVESTIMENTOS EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL (R$ milhões)



Dez anos de DNCL

Em 2014, mais de 92 mil pessoas de todo o Brasil comemoraram, junto com o inpEV, a décima edição do DNCL. A cerimônia oficial de abertura das comemorações aconteceu durante o Congresso da Associação dos Distribuidores de Insumos Agropecuários (Andav), em um estande próprio do Instituto e com transmissão ao vivo pela TV Terra Viva e pela internet.

O DNCL é celebrado todos os anos no dia 18 de agosto pelas centrais e conta com diferentes atividades:

- Portas Abertas: as unidades de recebimento abrem suas portas às comunidades vizinhas para mostrar seu papel no SCL. Em 2014, a ação envolveu 112 unidades de recebimento, que realizaram oficinas e palestras de conscientização, entre outras atividades.
- DNCL na Escola: realização, pelas escolas participantes, de gincanas, apresentações teatrais e exposições de desenhos, entre outras atividades relacionadas à conservação do meio ambiente que estimulem o envolvimento de crianças e jovens. Participaram 48 escolas. No *site* (www.dianacionaldocampolimpo.org.br), os educadores puderam inscrever as ações ou projetos de seus alunos voltados para o meio ambiente. Mais de 6 mil pessoas votaram para escolher os melhores projetos.
- DNCL Universitário: palestras, oficinas e atividades em universidades e escolas técnicas.
- Dia de Campo: apresentações e entrega de materiais para agricultores sobre a importância da logística reversa e sobre a tríplice lavagem.
- Ação Comunitária: ações para estimular melhorias ambientais no município ou comunidade, como a limpeza ou a manutenção de praças públicas e margens de rios.

92 mil
pessoas comemoraram o Dia Nacional do Campo Limpo

DNCL

1 Total de pessoas envolvidas em celebrações com atividades de portas abertas, nas escolas e nas comunidades.

O inpEV intensificou o diálogo com a comunidade por meio da presença em redes sociais

Atitude integradora

5,4 mil
reportagens sobre o inpEV foram publicadas em 2014

Para reforçar sua imagem institucional e ampliar o engajamento em torno do tema da correta destinação de embalagens vazias de defensivos agrícolas pós-consumo, o inpEV explorou, em 2014, novas formas e veículos de diálogo. Uma das estratégias foi a publicação de três publirreportagens na revista *Exame* sobre o SCL e os seus benefícios para a sustentabilidade. Uma delas foi veiculada na edição especial do *Guia de Sustentabilidade*.

Com o objetivo de aumentar a interação com o público interessado nas ações do inpEV, o Instituto reforçou, ao longo do ano, sua presença nas redes sociais como meios de divulgação de atividades e de relacionamento. Facebook e Instagram foram utilizados pelo Instituto e pelos próprios participantes do DNCL, por exemplo, e o inpEV retomou as postagens no canal próprio que mantém no YouTube (www.youtube.com/user/inpevbrasil).

No diálogo com os meios de comunicação, o Instituto representa um importante interlocutor para temas da sustentabilidade relacionados à logística reversa de embalagens. De 2013 para 2014, o total de reportagens sobre o inpEV publicadas evoluiu de 4,6 mil para 5,4 mil, o que significa uma média de 14,8 por dia.

A participação nos maiores eventos do agronegócio, feiras, congressos e fóruns de discussão complementa as iniciativas de relacionamento com os elos do sistema. De janeiro a dezembro, o Instituto esteve presente em 118 eventos.

Reconhecimento

Em 2014, o inpEV recebeu o primeiro Prêmio Mérito Agropecuário Deputado Homero Pereira, concedido pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural e pela Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, que reconhece cidadãos ou instituições, públicas ou privadas, que realizam trabalhos ou ações voltadas para o setor agropecuário.

O Instituto também foi finalista do Agrow Awards 2014, na categoria Best Stewardship Programme (melhor programa de segurança de produto), com a iniciativa pioneira que deu a correta destinação a mais de 1,2 mil toneladas de defensivos agrícolas proibidos por lei, principalmente BHC, que estavam armazenados em propriedades de agricultores do Paraná.

A ação foi realizada pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Paraná e duas organizações a ela vinculadas – Instituto das Águas do Paraná e Instituto Ambiental do Paraná –, além do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater). A iniciativa envolveu municípios paranaenses, o inpEV, a Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (Ocepar) e o Sistema Faep (Federação da Agricultura do Estado do Paraná).

A mesma ação foi selecionada para a segunda edição da publicação *Gestão Sustentável na Agricultura*, organizada pela área de Sustentabilidade da Assessoria de Gestão Estratégica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), que difunde boas práticas.

Facebook, Instagram e YouTube aproximaram o inpEV dos seus diversos públicos ao longo do ano

DIÁLOGO E RELACIONAMENTO | G4-DMA |

	2012	2013	2014
Requisições ao Fale Conosco (canal do *site*)	501	539	428
Edições do Boletim Informativo inpEV	4	6	5
Ensino virtual	493	1.151	497[1]
Reportagens publicadas sobre o SCL e o inpEV	3.937	4.649	5.400
Eventos com a presença do SCL	100	204	118
Interações em mídias sociais[2]	N/D	7.376	35.338

1 O ensino virtual esteve disponível apenas no primeiro semestre de 2014, em função da reformulação de sua plataforma e conteúdo.
2 A atuação em mídias sociais teve início no segundo semestre de 2012, mas os dados só passaram a ser monitorados a partir de 2013.
N/D: não disponível.

GESTÃO AMBIENTAL |G4-DMA|

A correta destinação de resíduos e o investimento sistemático em ações de proteção ambiental caracterizam a atuação

NESTE CAPÍTULO
Proteção ambiental e recursos naturais

Por meio do Sistema Campo Limpo, o inpEV possibilita a destinação ambientalmente correta das embalagens vazias de defensivos agrícolas. Além de empreender esforços para que o Sistema funcione da forma mais eficiente possível e evitar desperdícios, o Instituto busca minimizar os impactos da operação do SCL e acompanha diversos indicadores de desempenho ambiental no âmbito das unidades de recebimento de Rondonópolis (MT) e Taubaté (SP), que gerencia diretamente.

O Instituto monitora anualmente a ecoeficiência do SCL por meio de uma ferramenta desenvolvida pela Fundação Espaço Eco® que considera os impactos ambientais e econômicos da operação. A análise cobre todo o ciclo de vida das embalagens conforme abordagem prevista na norma ISO 14040: desde a fabricação das embalagens de defensivos agrícolas, passando por seu uso, devolução nas unidades de recebimento, transporte até o destino final e o destino final propriamente dito (reciclagem ou incineração).

Quando se compara a atuação do SCL e um cenário hipotético sem a existência do Sistema, é possível verificar em que dimensão a logística reversa das embalagens vazias de defensivos agrícolas contribui continuamente para a redução dos impactos ambientais no país. A reciclagem do material e a utilização do frete de retorno para transporte são os itens que mais impactam positivamente. |G4-EN19, EN27|

Os resultados acumulados (2002 a 2014) indicam benefícios ambientais equivalentes a:

- 447 mil toneladas de CO_2e que deixaram de ser emitidas, ou um milhão de barris de petróleo que deixaram de ser extraídos
- economia de energia de 18,4 milhões de gigajoules, o suficiente para abastecer 1,7 milhão de casas[5] durante um ano
- um milhão de toneladas de resíduos sólidos que deixaram de ser gerados (o que equivale à geração de resíduos em uma cidade de 500 mil habitantes durante sete anos).

A Ecoplástica Triex fecha o ciclo de vida da embalagem dentro do próprio setor

5 O salto em relação aos números informados em relatórios anteriores se justifica porque corrige uma falha na divulgação dessa informação. Em outras publicações, o dado da economia anual foi erroneamente apontado como o resultado acumulado desde 2002.

PRODUTOS ILEGAIS

O SCL também atua na destinação correta de defensivos agrícolas falsificados ou contrabandeados apreendidos em operações policiais. Foram 68 toneladas destinadas em 2014, em uma parceria com o Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal (Sindiveg).

Proteção ambiental e recursos naturais

18,9 milhões
de reais foi o investimento do inpEV em proteção ambiental

Em 2014, o Instituto investiu quase R$ 19 milhões em proteção ambiental, um crescimento de 25% em relação a 2013. A maior parte desse valor (82,3%) corresponde a custos com o tratamento e a disposição de resíduos, e 17,3% à incineração das embalagens não lavadas, que não puderam voltar ao ciclo produtivo (*ver tabela abaixo*). |G4-EN31|

Considerando a sede administrativa, em São Paulo, e a unidade de recebimento de Rondonópolis, o consumo de água aumentou 16%, totalizando 983,7 m³. Todo o volume foi fornecido por concessionárias de abastecimento locais (*ver gráfico na página ao lado*). |G4-EN8|

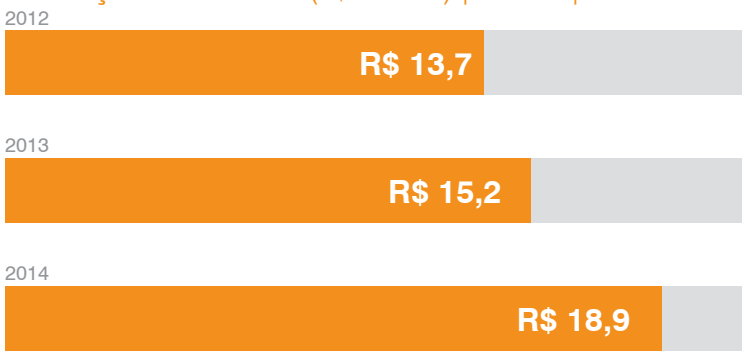
O consumo de energia elétrica cresceu 26% e alcançou 306 GJ. A gasolina automotiva consumida no ano foi equivalente a 16,12 GJ. |G4-EN3| Toda a energia consumida é de fonte indireta, adquirida das concessionárias de energia.

INVESTIMENTO EM PROTEÇÃO AMBIENTAL (R$ mil)

	2012	2013	2014
Tratamento e disposição de resíduos	**10.738**	**11.926**	**15.607**
Incineração das embalagens não lavadas	6.940	8.342	11.072
Destinação de produtos obsoletos e impróprios[1]	3.091	2.825	4.270
Destinação de produtos ilegais	300	425	265
Destinação de sacarias, sementes e saneantes (projetos-piloto)	407	334	0
Prevenção e gestão ambiental	**2.997**	**3.229**	**3.347**
Ações de educação e conscientização[2]	2.859	3.090	3.145
Ações de monitoramento[3]	138	139	202
Total	**13.735**	**15.155**	**18.954**

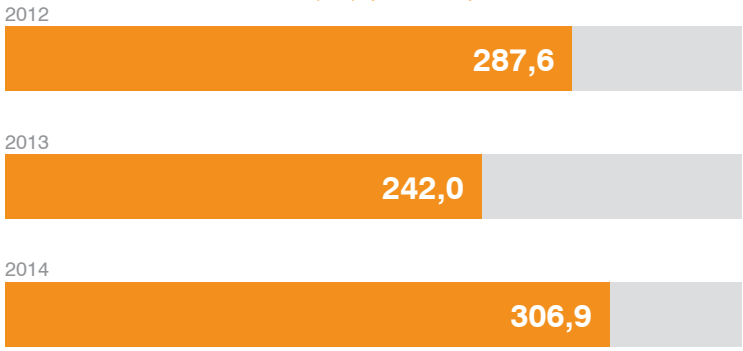
Nota: não há gastos com o tratamento de emissões atmosféricas e remediação.
1 Programas desenvolvidos com os estados de São Paulo e Paraná.
2 Engloba os investimentos em conscientização e educação, como eventos, Dia Nacional do Campo Limpo, Programa de Educação Ambiental Campo Limpo, materiais produzidos para utilização em palestras e Dias de Campo, além de materiais utilizados pelos multiplicadores.
3 Os números refletem as ações de monitoramento, após a lavagem das embalagens vazias pelos agricultores, com análises da qualidade da água e do solo, além de consultorias relacionadas.

PROTEÇÃO AMBIENTAL (R$ milhões) |G4-EN31|

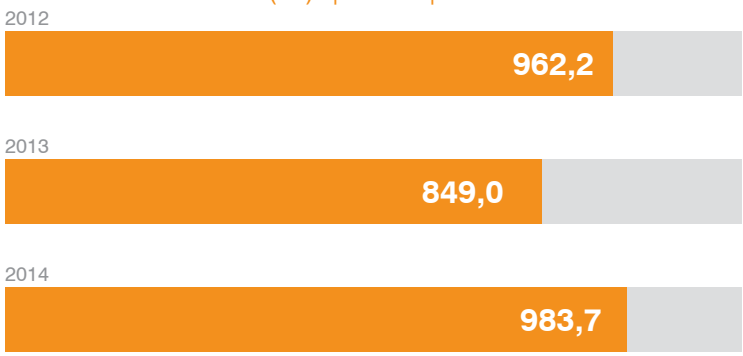


PROTEÇÃO AMBIENTAL 2014 (%) |G4-EN31|

CONSUMO DE ENERGIA (GJ) |G4-EN3|



CONSUMO DE ÁGUA (m^3)[1] |G4-EN8|



Nota: o cálculo de consumo inclui a sede administrativa e a unidade de recebimento de Rondonópolis (MT). Apesar de ser diretamente administrada pelo inpEV, não foi possível individualizar o consumo da unidade de Taubaté (SP), pois ela se encontra na mesma área da Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos.

1 O consumo de água na sede administrativa é estimado com base na participação percentual da unidade no consumo total do condomínio que ocupa.

SOBRE O RELATÓRIO |G4-18|

Um processo estruturado de identificação dos temas materiais orientou a publicação

O *Relatório de Sustentabilidade inpEV 2014* reúne as informações sobre o desempenho do inpEV nos âmbitos econômico, social e ambiental ao longo do ano. A publicação segue a versão G4 das diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI), principal referência mundial de relato da sustentabilidade.

Em um processo de evolução contínua da comunicação com seus públicos estratégicos, o Instituto deu mais um passo para aperfeiçoar o relatório e, em 2014, realizou um processo de materialidade envolvendo diferentes públicos para orientar a definição dos conteúdos a serem relatados. A identificação dos temas mais relevantes para a gestão e a comunicação da sustentabilidade tomou por base dois conjuntos de documentos e percepções.

O eixo **interno**, relativo ao próprio inpEV, incluiu:

- a análise dos comunicados feitos aos meios de comunicação;
- consultas *online* com colaboradores e associados (totalizando 51);
- entrevistas com profissionais especialistas;
- uma dinâmica com as áreas gestoras do relatório de sustentabilidade para identificar as características do relacionamento do inpEV com os *stakeholders* e os impactos da atuação do Instituto;
- uma dinâmica com um grupo focal formado por representantes das áreas Administrativa e Financeira, Sustentabilidade, Operações, Destinação Final, Logística e Jurídica.

No âmbito **externo**, as informações e percepções foram coletadas por meio da análise de estudos setoriais e documentos de referência sobre a sustentabilidade no setor de defensivos agrícolas e entrevistas com especialistas sobre o assunto.

Os temas considerados mais relevantes nos dois eixos compuseram uma lista, que passou por uma etapa de validação e priorização pela alta liderança do Instituto, que envolveu também o agrupamento de alguns temas, de modo a assegurar que a lista final refletisse o foco de atenção da gestão e da comunicação (*ver tabela na página ao lado*).

Seguindo a metodologia GRI, foi feito o cruzamento dos temas materiais identificados com os aspectos da sustentabilidade cobertos nas diretrizes do relato, e para cada aspecto GRI foram selecionados indicadores de desempenho. A opção adotada para o relato foi a Essencial, que significa relatar pelo menos um indicador de cada aspecto da metodologia considerado relevante em função do processo de materialidade realizado para a elaboração da publicação. Os aspectos GRI considerados e os indicadores correspondentes encontram-se no Sumário GRI, na página 40.

|G4-19, 20, 21, 26, 27|

Tema material	Públicos[1]	Aspecto GRI	Limites dentro e fora do inpEV	Abordagem no relatório
Atuação do inpEV em conscientização e educação Prevenção da reutilização inadequada de embalagens	Gestores do relatório, especialistas internos e externos, colaboradores e empresas associadas	Impactos econômicos indiretos Geral (ambiental) Treinamento e educação Comunidades locais	Unidades de recebimento Distribuidores, agricultores e recicladores	Engajamento Eficiência e qualidade
Papel do SCL como referência para outros setores Viabilidade econômica	Gestores do relatório, grupo focal, especialistas internos e externos e colaboradores	Desempenho econômico Impactos econômicos indiretos Geral (ambiental) Produtos e serviços Saúde e segurança do cliente	Empresas associadas e colaboradores Setores afetados pela Política Nacional de Resíduos Sólidos	Eficiência e qualidade O inpEV/ Administração e gestão financeira
Visibilidade das informações do Sistema	Grupo focal	Efluentes e resíduos Produtos e serviços (ambiental) Conformidade (ambiental) Transportes Mecanismos de queixas e reclamações relativas a impactos ambientais Conformidade (sociedade)	Empresas associadas e unidades de recebimento Distribuidores e agricultores	Gestão ambiental
Atendimento à legislação	Especialistas internos e empresas associadas	Desempenho econômico Produtos e serviços (ambiental) Conformidade (ambiental)	Empresas associadas Agricultores e poder público	Gestão ambiental
Logística	Especialistas externos	Materiais Energia Água Emissões Efluentes e resíduos Produtos e serviços Transporte	Empresas associadas e unidades de recebimento Agricultores, distribuidores e recicladores	Eficiência e qualidade

1 Públicos que indicaram o tema como relevante nas consultas realizadas durante o processo de materialidade.

SUMÁRIO GRI

Aspecto	Descrição	Página/resposta	Verificação externa	Omissão
CONTEÚDO GERAL				
Estratégia e análise	|G4-1| Mensagem do presidente	4	Não	
	|G4-2| Descrição dos principais impactos, riscos e oportunidades	O inpEV está atento às mudanças climáticas. Na operação direta e na gestão do SCL, colabora para minimizar seus impactos potenciais sobre o clima, com a redução na geração de resíduos e o consumo consciente de energia. As principais ações desenvolvidas são abordadas nos capítulos Eficiência e qualidade e Gestão ambiental	Não	
Perfil organizacional	|G4-3| Nome da organização	7	Não	
	|G4-4| Principais marcas, produtos e/ou serviços	7	Não	
	|G4-5| Localização da sede da organização	7	Não	
	|G4-6| Países onde estão as principais unidades de operação ou as mais relevantes para os aspectos da sustentabilidade do relatório	7	Não	
	|G4-7| Tipo e natureza jurídica da propriedade	7	Não	
	|G4-8| Mercados em que a organização atua	7	Não	
	|G4-9| Porte da organização	8 e 14	Não	
	|G4-10| Perfil dos empregados	8 e 48	Não	
	|G4-11| Percentual de empregados cobertos por acordos de negociação coletiva	9	Não	

Aspecto	Descrição	Página/resposta	Verificação externa	Omissão
	|G4-12| Descrição da cadeia de fornecedores da organização	Pela natureza da atuação do inpEV como gerenciador do Sistema Campo Limpo, o principal insumo utilizado são as próprias embalagens vazias de defensivos agrícolas, que são devolvidas nas 415 unidades do SCL. De acordo com dados do IBGE, existem cerca de 5 milhões de propriedades agrícolas no país, sendo que 27% delas utilizam defensivos agrícolas	Não	
	|G4-13| Mudanças significativas em relação a porte, estrutura, participação acionária e cadeia de fornecedores	A única mudança refere-se à ampliação do total de unidades de recebimento, com a inauguração de uma central e cinco postos, totalizando 415 unidades	Não	
	|G4-14| Descrição sobre como a organização adota a abordagem ou princípio da precaução	O inpEV não adota diretamente o princípio da precaução, mas realiza uma ativa gestão de riscos no recebimento e na destinação das embalagens, contribuindo para a redução dos impactos ambientais sobre o campo	Não	
	|G4-15| Cartas, princípios ou outras iniciativas desenvolvidas externamente	Como representante das empresas fabricantes de defensivos agrícolas, o inpEV não subscreve nenhuma iniciativa externa	Não	
	|G4-16| Participação em associações e organizações	O Instituto é membro da CropLife Latin International e integra os comitês de duas entidades associadas: Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef) e Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal (Sindiveg)	Não	
Aspectos materiais identificados e limites	|G4-17| Entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas e entidades não cobertas pelo relatório	O inpEV é representado por apenas uma entidade jurídica, integralmente coberta em suas demonstrações financeiras e neste relatório. Os casos em que a informação do relatório extrapola o próprio inpEV e se refere ao Sistema Campo Limpo de forma abrangente são claramente informados ao longo do texto	Não	

Aspecto	Descrição	Página/resposta	Verificação externa	Omissão
	|G4-18| Processo de definição do conteúdo do relatório	38	Não	
	|G4-19| Lista dos temas materiais	39	Não	
	|G4-20| Limite, dentro da organização, de cada aspecto material	39	Não	
	|G4-21| Limite, fora da organização, de cada aspecto material	39	Não	
	|G4-22| Reformulações de informações fornecidas em relatórios anteriores	Não houve reformulação de dados divulgados anteriormente	Não	
	|G4-23| Alterações significativas de escopo e limites de aspectos materiais em relação a relatórios anteriores	Não houve alterações de escopo nem de limites	Não	
Engajamento de *stakeholders*	|G4-24| Lista de grupos de *stakeholders* engajados pela organização	29	Não	
	|G4-25| Base usada para a identificação e seleção de *stakeholders* para engajamento	Os processos de identificação e seleção consideram o grau de influência do inpEV sobre os públicos e o impacto dos mesmos sobre o Instituto	Não	
	|G4-26| Abordagem para envolver os *stakeholders*	Os principais processos de abordagem que caracterizam a operação cotidiana do SCL estão descritos nas páginas 16, 21, 26 e 29 A abordagem adotada especificamente para a elaboração deste relatório é exposta na página 39	Não	
	|G4-27| Principais tópicos e preocupações levantadas durante o engajamento, por grupo de *stakeholders*	39	Não	

Aspecto	Descrição	Página/resposta	Verificação externa	Omissão
Perfil do relatório	|G4-28| Período coberto pelo relatório	De 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2014	Não	
	|G4-29| Data do relatório anterior mais recente	2013	Não	
	|G4-30| Ciclo de emissão de relatórios	Anual	Não	
	|G4-31| Contato para perguntas sobre o relatório ou seu conteúdo	Canal Fale conosco, no *site* www.inpev.org.br	Não	
	|G4-32| Opção da aplicação das diretrizes e localização da tabela GRI	Essencial	Não	
Governança	|G4-33| Política e prática atual relativa à busca de verificação externa para o relatório	Somente o conteúdo integrante das Demonstrações Financeiras passou por verificação externa	Não	
	|G4-34| Estrutura de governança da organização	11	Não	
Ética e integridade	|G4-56| Valores, princípios, padrões e normas de comportamento da organização	8	Não	
CONTEÚDO ESPECÍFICO				
Categoria econômica				
Desempenho econômico	|G4-DMA| Forma de gestão	14	Não	
	|G4-EC1| Valor econômico direto gerado e distribuído	14	Não	
	|G4-EC4| Ajuda financeira significativa recebida do governo	O inpEV não recebe ajuda financeira de governos nem repasses de agências de crédito	Não	
Impactos econômicos indiretos	|G4-DMA| Forma de gestão	16	Não	

Aspecto	Descrição	Página/resposta	Verificação externa	Omissão
	|G4-EC8| Descrição de impactos econômicos indiretos significativos	O inpEV contribui para o desenvolvimento econômico por meio da geração de 1,5 mil empregos diretos do Sistema Campo Limpo, além dos 63 postos de trabalho do próprio Instituto, mas é na melhoria das condições ambientais que reside seu principal impacto. A dinâmica de recebimento e destinação final das embalagens de defensivos agrícolas pós-consumo realizada pelo SCL é referência no Brasil e no mundo (*para conhecer dados comparativos com outros países, consulte a página 16*). Em diversas oportunidades, o inpEV compartilha informações do SCL com outros setores produtivos, como forma de difundir conhecimento e contribuir para o aperfeiçoamento de outros sistemas de logística reversa	Não	
Categoria ambiental				
Energia	|G4-DMA| Forma de gestão	35	Não	
	|G4-EN3| Consumo de energia dentro da organização	36 e 37	Não	
Água	|G4-DMA| Forma de gestão	35	Não	
	|G4-EN8| Total de água retirada por fonte	36 e 37	Não	
Emissões	|G4-DMA| Forma de gestão	35	Não	
	|G4-EN19| Redução de emissões de gases de efeito estufa	35	Não	
Efluentes e resíduos	|G4-DMA| Forma de gestão	21	Não	
	|G4-EN23| Peso total de resíduos, discriminado por tipo e método de disposição	Em 2014, foram destinadas 42.464 toneladas de embalagens de defensivos pós-consumo. O método de disposição predominante (91%) foi a reciclagem. As embalagens que não podem ser recicladas foram encaminhadas para incineração. Para conhecer a série histórica da destinação, consulte a página 22	Não	

Aspecto	Descrição	Página/resposta	Verificação externa	Omissão
	|G4-EN25| Peso de resíduos transportados considerados perigosos	O inpEV não importa nem exporta resíduos perigosos. O único resíduo considerado perigoso transportado pelo SCL são as embalagens que não foram corretamente lavadas pelos agricultores no momento do preparo da calda do produto. Em 2014, foram transportadas 5 mil toneladas desse tipo de material	Não	
Produtos e serviços	|G4-DMA| Forma de gestão	21 e 35	Não	
	|G4-EN27| Iniciativas para mitigar os impactos ambientais	35	Não	
	|G4-EN28| Percentual de produtos e embalagens recuperados, por categoria de produtos	21	Não	
Conformidade	|G4-DMA| Forma de gestão	21	Não	
	|G4-EN29| Valor de multas e número total de sanções resultantes de não conformidade com leis	O inpEV cumpre todas as normas ambientais vigentes relacionadas ao exercício da sua atividade e não sofreu nenhuma sanção em 2014	Não	
Transportes	|G4-DMA| Forma de gestão	21	Não	
	|G4-EN30| Impactos ambientais significativos referentes a transporte de produtos e de trabalhadores	O principal impacto refere-se ao consumo de combustível e às emissões atmosféricas decorrentes da circulação dos caminhões que fazem o transporte das embalagens das unidades de recebimento para o destino final. Como o SCL utiliza o frete de retorno em todo o transporte, é mínimo o acréscimo direto ao impacto que representaria à circulação dos caminhões vazios. Para mais informações, consulte a página 23	Não	
Geral	|G4-DMA| Forma de gestão	35	Não	
	|G4-EN31| Total de investimentos e gastos com proteção ambiental	37 e 38	Não	

Aspecto	Descrição	Página/resposta	Verificação externa	Omissão
Mecanismos de queixas e reclamações relativas a impactos ambientais	|G4-DMA| Forma de gestão	35	Não	
	|G4-EN34| Número de queixas e reclamações relacionadas a impactos ambientais	Não foi registrada nenhuma queixa em 2014	Não	
Categoria social: práticas trabalhistas e trabalho decente				
Treinamento e educação	|G4-DMA| Forma de gestão	8	Não	
	|G4-LA9| Média de horas de treinamento por ano	8 e 10	Não	
Categoria social: sociedade				
Comunidades locais	|G4-DMA| Forma de gestão	29	Não	
	|G4-SO1| Percentual de operações com programas de engajamento da comunidade local, avaliação de impactos e desenvolvimento local	Em 2014, 96% das centrais do SCL realizaram atividades previstas no Dia Nacional do Campo Limpo com o objetivo de engajar e conscientizar a comunidade local e os agricultores que fazem a devolução das embalagens vazias de defensivos agrícolas	Não	
Conformidade	|G4-DMA| Forma de gestão	8	Não	
	|G4-SO8| Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não monetárias	O Instituto foi sancionado em dois litígios trabalhistas de valor aproximado de R$ 250 mil. Não existem outras sanções ou multas	Não	
Mecanismos de queixas e reclamações relacionadas a impactos na sociedade	|G4-DMA| Forma de gestão	33	Não	
	|G4-SO11| Queixas relacionadas a impactos na sociedade registradas, processadas e solucionadas por meio de mecanismo formal	No período coberto pelo relatório não foi registrada nenhuma queixa no canal Fale Conosco, que acolhe as denúncias	Não	

Aspecto	Descrição	Página/resposta	Verificação externa	Omissão
Categoria social: responsabilidade pelo produto				
Saúde e segurança do cliente	|G4-DMA| Forma de gestão	35	Não	
	|G4-PR1| Avaliação de impactos na saúde e segurança durante o ciclo de vida de produtos e serviços	A destinação ambientalmente correta das embalagens de defensivos agrícolas pós-consumo, assegurada pela atuação do inpEV, reduz os riscos de contaminação no campo. No que se refere à saúde e à segurança dos profissionais diretamente envolvidos no recebimento e na destinação do material, o inpEV atua de forma proativa para prevenir acidentes por meio do gerenciamento das atividades executadas. Apesar de uma movimentação intensa de cargas em todo o país, não houve nenhum acidente fatal causado pelas operações logísticas gerenciadas pelo Instituto	Não	
Conformidade	|G4-DMA| Forma de gestão	21	Não	
	|G4-PR9| Multas por não conformidade relativas ao fornecimento e uso de produtos e serviços	Não há desconformidade na administração da logística reversa de embalagens vazias de agrotóxicos	Não	

Notas:

Não houve omissão de nenhum conteúdo definido como essencial ao relato segundo as diretrizes GRI G4.

A verificação externa limitou-se às informações integrantes das Demonstrações Financeiras.

|G4-10|

	2012		2013		2014	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Nível funcional						
Diretoria	1	0	1	0	1	0
Gerência	3	2	3	2	5	2
Chefia/coordenação	11	6	12	6	9	7
Técnica/supervisão	0	3	0	3	0	1
Administrativo	4	8	4	9	10	12
Operacional	9	0	12	0	9	0
Terceiros	1	3	1	4	1	3
Aprendizes	1	0	2	0	1	1
Estagiários	1	0	2	0	1	0
Tipo de contrato						
Tempo determinado	2	0	4	0	2	1
Tempo indeterminado	29	22	33	24	35	25
Tipo de emprego						
Jornada integral	29	22	33	24	35	25
Meio período	2	0	4	0	2	1
Região						
Sul	2	0	2	0	2	0
Sudeste	16	17	20	19	18	22
Centro-Oeste	11	3	13	3	15	3
Nordeste	2	1	2	2	2	0
Norte	0	1	0	0	0	1
Por gênero	31	22	37	24	37	26
Total	**53**		**61**		**63**	

ANEXO

INSTITUTO NACIONAL DE PROCESSAMENTO DE EMBALAGENS VAZIAS

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 e relatório dos auditores independentes

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Associados e Administradores
Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias - inpEV

Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias - inpEV (o "Instituto") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A administração do Instituto é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Instituto para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para

expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Instituto. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

OPINIÃO

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias - inpEV em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2015

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Renato Barbosa Postal
Contador CRC 1SP187382/O-0

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

EM MILHARES DE REAIS

Ativo	2014	2013
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	29.112	28.350
Contas a receber (Nota 7)	4.289	5.409
Adiantamentos concedidos (Nota 8)	6.358	3.705
Despesas do exercício seguinte	186	165
	39.945	37.629
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Caução aluguel (Nota 9)	61	60
Imobilizado (Nota 10)	55.107	59.586
Intangível (Nota 11)	314	322
	55.482	59.968
Total do ativo	**95.427**	**97.597**

Passivo e patrimônio líquido	2014	2013
Circulante		
Fornecedores	5.373	4.535
Salários e encargos sociais	2.608	2.280
Tributos a pagar	249	234
Provisão para contingências (Nota 12)	56	47
Adiantamentos de associadas (Nota 13)	11.128	12.980
	19.414	20.076
Não circulante		
Provisão para contingências (Nota 12)	445	277
Total do passivo	**19.859**	**20.353**
Patrimônio líquido (Nota 14)		
Patrimônio social	75.568	77.244
Total do passivo e patrimônio líquido	**95.427**	**97.597**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO – EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

EM MILHARES DE REAIS

	2014	2013
Receita líquida das atividades (Nota 15)	**106.747**	**98.046**
Despesas das atividades		
Gerais e administrativas (Nota 20)	(109.199)	(93.372)
Outros ganhos, líquidos	8	32
Provisão para créditos de realização duvidosa, líquido das reversões (Nota 7)	(803)	(948)
	(107.920)	(94.288)
(Déficit) superávit operacional	**(3.247)**	**3.758**
Despesas financeiras	(323)	(357)
Receitas financeiras	1.894	1.936
Receitas financeiras líquidas	1.571	1.579
(Déficit) superávit do exercício	**(1.676)**	**5.337**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EM MILHARES DE REAIS

	Patrimônio social	Superávit acumulado	Total
Em 31 de dezembro de 2012	**71.907**		**71.907**
Superávit do exercício		5.337	5.337
Destinação do superávit do exercício	5.337	(5.337)	
Em 31 de dezembro de 2013	**77.244**		**77.244**
Déficit do exercício		(1.676)	(1.676)
Absorção do déficit do exercício	(1.676)	1.676	
Em 31 de dezembro de 2014	**76.568**		**75.568**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

EM MILHARES DE REAIS

	2014	2013
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
(Déficit) superávit do exercício	**(1.676)**	**5.337**
Ajustes		
Depreciação e amortização	6.419	5.078
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixado	300	175
Provisão para contingências	1.840	1.402
Provisão para créditos de realização duvidosa	803	947
	7.686	12.939
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	317	526
Adiantamentos concedidos	(2.654)	(1.291)
Despesas do exercício seguinte	(21)	(10)
Depósitos judiciais	(1.663)	(1.191)
Caução aluguel	(1)	(1)
Fornecedores	839	2.199
Salários e encargos sociais	328	411
Tributos a pagar	15	(7)
Adiantamento de associadas	(1.852)	1.188
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**2.994**	**14.763**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	(2.232)	(12.681)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(2.232)**	**(12.681)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**762**	**2.082**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**28.350**	**26.268**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**29.112**	**28.350**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 INFORMAÇÕES GERAIS

O Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (inpEV ou "Instituto"), com sede em São Paulo, foi fundado em 14 de dezembro de 2001, com prazo indeterminado de duração. É uma sociedade civil, de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por objetivo gerir o processo de destinação de embalagens vazias de agrotóxicos e afins no Brasil, dar apoio e orientação à indústria, aos canais de distribuição e aos agricultores no cumprimento das responsabilidades definidas pela legislação, promover a educação e a consciência de proteção ao meio ambiente e à saúde humana e apoiar o desenvolvimento tecnológico de embalagens de agrotóxicos e afins.

Para atingir seus objetivos, o Instituto depende fundamentalmente das contribuições feitas por suas associadas.

De acordo com a legislação em vigor, o Instituto goza de isenção de determinados tributos federais por se tratar de uma sociedade de caráter associativo.

A Lei nº 9.718, de dezembro de 1998, estabelece normas para as entidades isentas do pagamento de imposto de renda (como é o caso do Instituto) e da contribuição social. Por essa Lei, o Instituto, para manter a isenção, não deve apresentar superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, deve destinar esse resultado integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

Em dezembro 2014, o Instituto apresentava 102 empresas associadas, todas fabricantes de agroquímicos (2013 - 97 empresas associadas).

1.1 DESCRIÇÃO DO MODELO DE NEGÓCIO

O Instituto, representante da indústria fabricante de produtos agroquímicos, possui a responsabilidade legal em dar a correta destinação final às embalagens vazias de seus produtos.

Para viabilizar essa operação, foram criadas as unidades de recebimento de embalagens vazias, que tem por objetivo otimizar o recebimento das mencionadas embalagens do meio rural, para que o Instituto lhes dê a destinação final ambientalmente adequada.

Uma vez recebidas nas unidades de recebimento de embalagens vazias - UREs (postos ou centrais gerenciados por associação de revendas), o Instituto é responsável por sua destinação final que pode ser efetuada através de um processo de reciclagem ou incineração, dependendo das características técnicas das embalagens.

Concomitantemente, o Instituto celebra convênios com empresas recicladoras, tendo como objetivo, a cooperação técnica e operacional na área de reciclagem dos materiais provenientes das embalagens vazias de produtos fitossanitários, recebidos nas UREs, passíveis de serem recicladas.

O envio das embalagens para o processo de reciclagem é efetuado pelas URE's sobre a responsabilidade do Instituto através de uma operação de simples remessa realizada pela central de recebimento para a empresa recicladora.

(a) Taxa de credenciamento de recicladores

O Instituto recebe das empresas recicladoras, uma taxa denominada taxa de credenciamento, correspondente (i) a transferência de conhecimento, às recicladoras, relativamente ao processo de utilização das embalagens vazias derivadas da indústria agroquímica na elaboração de novos artefatos, bem como, (ii) treinamentos dados aos funcionários das recicladoras quanto a gestão adequada das embalagens vazias de produtos fitossanitários.

(b) Ingressos para custeio de UREs

Pelas embalagens recebidas, as recicladoras efetuam, adicionalmente, um pagamento ao Instituto, a título de ingressos para custeio de UREs. Os ingressos para custeio de UREs são utilizados como forma de ressarcir os custos incorridos pelas centrais e postos com o processo de recebimento de embalagens vazias e preparação para envio ao seu destino final.

Este recurso, recebido das recicladoras pelo Instituto é transferido às associações de revendedores, responsáveis pela gestão das UREs, a título de reembolso pelas despesas e custos incorridos no processo de preparação das embalagens vazias para serem enviadas ao destino final, mediante um processo criterioso de prestação mensal de contas.

A administração do Instituto, em conjunto com seus advogados, efetuou uma análise profunda do seu modelo de negócio e, a partir de dezembro de 2009,

estabeleceu alterações nos seus processos cujo novo modelo considera a entrega de embalagens vazias pelas associações de revenda às recicladoras por valor simbólico e mediante emissão de nota fiscal de simples remessa.

As taxas de credenciamento e de ingresso para custeio das UREs são apuradas com base no quilo do produto entregue às recicladoras e representam, respectivamente, de 30% a 40% e de 60% a 70% do volume de produtos processados.

(c) Destinação dos recursos
Enquanto que os ingressos para custeio das UREs são periodicamente transferidos para as associações de revendas para a manutenção das operações das UREs, os recursos obtidos na forma de taxa de credenciamento dos recicladores foram utilizados para a expansão do conjunto de ativos de propriedade do Instituto e arrendada para a empresa Campo Limpo - Reciclagem e Transformação de Plásticos S.A. ("Campo Limp0") e cujos acionistas são os associados do inpEV (Nota 10), na cidade de Taubaté - estado de São Paulo. A partir de 2013, quando foram finalizados os investimentos em Taubaté, a taxa de credenciamento passou a ser destinada integralmente à redução da contribuição das associadas.

(d) Avaliação das incidências tributárias nas operações do Instituto
Concomitante com a análise do novo modelo de negócios e, com o objetivo de afastar, ou minimizar, os riscos decorrentes de eventual interpretação sobre a incidência de tributos sobre as operações realizadas, a administração do Instituto solicitou aos seus advogados um estudo detalhado de tributação das suas operações o qual conclui que as receitas auferidas com a operação do novo modelo de remessa não estão sujeitas a incidência de quaisquer impostos ou contribuições.

1.2 UNIDADE DE NEGÓCIO GESTÃO

A administração das atividades do Instituto é efetuada por meio de três segmentos, conforme apresentados a seguir:

(a) Processo básico - destina-se à construção, à manutenção e à concessão de subsídios às unidades de recebimento; ao transporte das embalagens vazias dos postos para as centrais e destas para o destino final (recicladora ou incineradora); à operação logística da movimentação das embalagens vazias por todo o território nacional e à incineração das embalagens vazias.

(b) Processo de suporte - destina-se às comunicação e divulgação das operações do Instituto, à educação, treinamento e conscientização das partes envolvidas e interessadas e ao apoio jurídico.

(c) Processo administrativo - destina-se à manutenção da área Administrativa do Instituto, incluindo toda parte de pessoal.

1.3 UNIDADE DE NEGÓCIO RECICLADORA

Com o objetivo de atingir a auto sustentabilidade do modelo de negócios do Instituto, foi construída uma unidade recicladora para absorver parte das embalagens recebidas nas centrais de recebimento de embalagens e destinadas à fabricação de novas embalagens plásticas e em 2008 o conjunto de ativos foi arrendado a Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos S.A. - "Campo Limpo S.A.". O investimento do Instituto na construção e montagem e expansão da unidade fabril, atualmente, é de R$ 61.891 (2013 - R$ 61.876).

1.4 CAMPO LIMPO - RECICLAGEM E TRANSFORMAÇÃO DE PLÁSTICOS S.A.

O Instituto tem como um dos seus objetivos a auto sustentabilidade econômica do programa de logística reversa das embalagens vazias de agrotóxicos por meio de verticalização do processo de recolhimento e destinação dessas embalagens. Para atingir este objetivo, foi estabelecido um plano de investimento estruturado inicialmente em 4 fases: 1ª fase - reciclagem de plásticos rígidos; 2ª fase - transformação de plásticos rígidos em embalagens, 3ª fase - reciclagem de plásticos flexíveis; e 4ª fase - transformação plásticos flexíveis.

Em 2006, os associados do Instituto aprovaram a implantação das fases 1 e 2, o qual resultou na construção e estruturação da companhia Campo Limpo - Reciclagem e Transformação de Plásticos S.A., cujo objetivo é a reciclagem de embalagens vazias e fabricação de embalagens nos padrões exigidos pelos seus associados, os quais são fabricantes de produtos fitossanitários.

Em 18 de abril de 2011, foi deliberado em Assembleia Geral Ordinária, a decisão de abandonar as fases 3 e 4, e ampliar a fase 1 e 2 direcionando investimentos

para a compra de equipamentos de sopro (fabricação de embalagens).

A ampliação das fases 1 e 2 implicou na aquisição de 4 equipamentos de sopro representando investimentos na ordem de R$ 20.000 (não auditado), todos estes instalados até dezembro de 2013 encerrando, portanto, os investimentos do projeto.

2 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica ITG 2002 - «Entidades sem Finalidade de Lucros» e nos pronunciamentos técnicos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração do Instituto no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho Fiscal e Conselho Diretor em 23 de fevereiro de 2015.

2.2 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

2.3 ATIVOS FINANCEIROS

2.3.1 Classificação

O Instituto classifica seus ativos financeiros na categoria de empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis do Instituto compreendem “Caixa e equivalentes de caixa”, “Contas a receber”, “Caução aluguel” e “Depósitos judiciais”.

2.3.2 *IMPAIRMENT* DE ATIVOS FINANCEIROS

Ativos mensurados ao custo amortizado

O Instituto avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Evidência objetiva de *impairment* poderia incluir, dentre outras:

- dificuldade financeira significativa de recebimento da associada;
- inadimplência ou mora no pagamento de juros ou do principal.

Para os ativos financeiros registrados ao valor de custo de amortização, o valor do *impairment* corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada na taxa de juros efetiva original do ativo

financeiro. O valor contábil é reduzido diretamente pela perda por *impairment* para todos os ativos financeiros.

2.4 CONTAS A RECEBER

As contas a receber, representadas pelos valores devidos por associadas e decorrentes da contraprestação dos serviços prestados pelo Instituto na consecução de suas atividades, são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado, menos a provisão para créditos de realização duvidosa.

Uma provisão para créditos de realização duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que o Instituto não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber.

O prazo médio de recebimento do saldo de contas a receber é de 30 dias.

2.5 ADIANTAMENTO CONCEDIDOS

Os adiantamentos concedidos, representados por recursos antecipados às centrais e postos para suportar as necessidades de caixa de curto prazo, são avaliados pelo custo.

2.6 DEPÓSITOS JUDICIAIS

Os depósitos judiciais são aqueles que se promovem em juízo em conta bancária vinculada a processo judicial, sendo realizado em moeda corrente com o intuito de garantir a liquidação de potencial futura obrigação futura e só podem ser movimentados mediante ordem judicial. Estes depósitos são atualizados monetariamente de acordo com as normas legais, e estão apresentados no balanço patrimonial líquido da provisão para contingências (Nota 12).

2.7 IMOBILIZADO

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme segue:

	Anos
Edificações	50 - 60
Equipamentos e instalações	10 - 15
Veículos	5
Móveis e utensílios	12 - 16
Outros	10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor residual contábil e são reconhecidos em “Outros ganhos (perdas), líquidos”, na demonstração do resultado.

2.8 ARRENDAMENTO MERCANTIL

Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte significativa dos riscos e benefícios de propriedade ficam com o arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos feitos para os arrendamentos operacionais (líquido de todo incentivo recebido do arrendador) são apropriados ao resultado pelo método linear ao longo do período do arrendamento.

2.9 INTANGÍVEL

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de três a cinco anos.

2.10 *IMPAIRMENT* DE ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que

eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

2.11 CONTAS A PAGAR AOS FORNECEDORES
São obrigações a pagar substancialmente representadas por despesas incorridas pelas associações de revendas no processo de manutenção das unidades de recebimento das embalagens.

As contas a pagar são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.12 PROVISÕES
O Instituto reconhece um gasto como provisão quando: (a) tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, (b) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e (c) o valor pode ser estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.13 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS - BÔNUS
O Instituto reconhece um passivo e uma despesa para pagamento de bônus com base em metas atingidas por seus empregados. O reconhecimento do bônus é usualmente efetuado por ocasião do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pelo Instituto.

2.14 RECONHECIMENTO DE RECEITA E CORRESPONDENTES DESPESAS
A receita compreende o valor presente das contribuições das associadas, receitas dos recicladores (taxa de credenciamento e ingresso para custeio de UREs), receita de arrendamento mercantil operacional e contribuições extraordinárias dos associados recebidas daqueles associados que também são acionistas na Campo Limpo S.A.

Os valores relacionados com a unidade de negócio de gestão do sistema de logística reversa das embalagens vazias de agrotóxicos são reconhecidos como receita do exercício na medida em que são incorridos os custos e despesas para administrar o sistema.

(a) Contribuições das associadas
Considerando que as contribuições das associadas são efetuadas para custear todas as despesas com o processo de recebimento, transporte e incineração de embalagens vazias, entre outros, é considerado contribuições de associados o montante correspondente aos custos e despesas incorridos. Contribuições das associadas que ultrapassam o montante dos custos e despesas incorridos são contabilizadas na rubrica "Adiantamento de associadas", no passivo circulante.

(b) Taxa de credenciamento de reciclador
O montante da taxa de credenciamento do reciclador é calculado com base no volume de embalagens recebidas e destinadas para a reciclagem e reconhecida por ocasião da efetiva entrega das embalagens vazias às recicladoras. Equivale a aproximadamente 30% a 40% do valor obtido com o envio das embalagens para reciclagem e é utilizada na composição da redução da contribuição anual dos associados do inpEV.

(c) Ingressos para custeio de UREs
Os ingressos para custeio de UREs, correspondentes a 60% a 70% do valor obtido com o envio das embalagens para reciclagem e aplicados na unidade de negócio gestão do sistema de logística reversa das embalagens vazias, são reconhecidos no momento da entrega efetiva aos recicladores e aplicados no momento que as UREs (centrais e postos) apresentam os gastos ocorridos com a operação de preparação das embalagens para envio ao destino final.

(d) Arrendamento mercantil operacional
As receitas com arrendamento mercantil operacional são reconhecidas pelo regime de competência dos exercícios com base em um percentual da receita líquida mensal das vendas de produtos da Campo Limpo S.A.

(e) Contribuições extraordinárias (repasse dos dividendos dos associados/acionistas da Campo Limpo S.A.)
São recursos repassados pelos associados do Instituto, os quais são também acionistas da Campo Limpo S.A., provenientes dos recursos originados dos dividendos pagos pela Campo Limpo S.A. aos associados-acionistas no encerramento de cada exercício social. Portanto, o Instituto reconhece como receita os valores aprovados em Assembleia Geral Ordinária da Campo Limpo S.A., prevista para ocorrer em abril do exercício seguinte.

As contribuições extraordinárias são utilizadas para a redução do valor da contribuição anual das associadas-acionistas da Campo Limpo S.A.

3 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros.

O Instituto faz estimativas e estabelece premissas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes ficam próximas aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício estão contempladas a seguir:

(a) Processo de gestão da destinação final das embalagens vazias dos produtos fitossanitários e tributação da taxa de credenciamento de reciclador
Até novembro de 2009, as associações de revendas vinham efetuando a venda das embalagens vazias às recicladoras. O Instituto, por sua vez, recebia valores das recicladoras a titulo de taxa de credenciamento de reciclador, que seria devida em função do credenciamento das recicladoras, pela transferência de conhecimento relativamente ao processo de reciclagem de resíduos plásticos, da confecção de novos artefatos a partir deste material, bem como em função do treinamento dos profissionais das recicladoras para a adequada gestão das embalagens vazias de produtos fitossanitários.

Com o propósito de afastar quaisquer questionamentos fiscais que porventura pudessem existir sobre a operação de venda de embalagens pelos participantes do sistema, e tendo em vista que a propriedade das embalagens é detida pelos fabricantes de produtos fitossanitários, a administração do Instituto, apoiada por estudos realizados por advogados externos, procedeu a alterações em seu modelo de negócio (Nota 1.1).

Com a implementação do novo modelo de negócio a partir de 1º de dezembro de 2009, o procedimento de venda das embalagens vazias às recicladoras foi descontinuado, sendo que o montante que anteriormente correspondeu ao pagamento das recicladoras às associações de revendedores pelo recebimento das embalagens vazias, foi incorporado ao valor dos ingressos para custeio das UREs e passou a ser cobrado diretamente pelo Instituto. Em contrapartida, parcela dos ingressos para custeio das UREs recebidos pelo Instituto passou a ser utilizado para subsidiar parte dos custos incorridos pelas unidades de recebimento das embalagens vazias, as quais incluem as associações de revendedores.

O Instituto, baseado em estudo elaborado por seus advogados externos, entende não ser necessário o recolhimento de qualquer tributo sobre as operações de remessa de embalagens.

(b) Provisão para contingências tributárias e trabalhistas
Como descrito na Nota 12 às demonstrações financeiras, o Instituto discute nos tribunais a tributação da COFINS sobre taxa de credenciamento e discute verbas rescisórias com ex-funcionários. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A administração acredita que essas provisões para riscos tributários e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

4 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

4.1 FATORES DE RISCO FINANCEIRO

O Instituto está exposto aos seguintes riscos financeiros: risco de crédito e risco de liquidez.

(a) Risco de crédito

O Instituto realiza aplicações financeiras em instituições financeiras de primeira linha com objetivo de minimizar riscos de liquidez.

O contas a receber é representado pelos adiantamentos de associadas que ainda não foram recebidos. Para os casos em que a associada encontra-se inadimplente (Nota 7), a administração do Instituto inicia um processo de cobrança amigável de forma a equacionar o recebimento do saldo devedor e, na eventualidade de se configurar em um problema, a administração do Instituto pode instaurar um processo de cobrança judicial.

(b) Risco de liquidez

É um risco de o Instituto não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área financeira.

4.2 GESTÃO DE CAPITAL

Os objetivos do Instituto ao administrar seu capital social são os de salvaguardar a sua capacidade de continuidade para reinvestimento, além de manter uma estrutura de capital que seja suficiente para cumprir com suas obrigações de curto prazo.

5 INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

Os ativos financeiros do Instituto representados por "caixa e equivalentes de caixa" (substancialmente aplicações financeiras em fundos de investimento), "contas a receber" de associadas, "caução aluguel" e "depósitos judiciais", são todos classificados na categoria de empréstimos e recebíveis.

Os passivos financeiros como "fornecedores", "adiantamento de associadas e recicladores" e "provisão para contingências", são classificados como outros passivos financeiros.

5.1 QUALIDADE DO CRÉDITO DOS ATIVOS FINANCEIROS

As disponibilidades e aplicações financeiras da Entidade são transacionados com instituições financeiras com os seguintes *ratings*:

	2014	2013
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários		
Banco do Brasil S.A. BBB A-2	2.862	1.269
Banco Itaú S.A. - BBB A-2	26.240	27.071
	29.104	**28.340**

A qualidade do crédito dos ativos financeiros de contas a receber de clientes é calculada com base em uma avaliação de risco de um cliente vir a não honrar com o pagamento nas datas de vencimento e na dificuldade de recuperação destes créditos mediante cobrança amigável.

6 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2014	2013
Caixa	8	10
Bancos conta-movimento	16.951	2.834
Fundos de investimento (*)	12.153	25.506
	29.112	**28.350**

(*) O montante representa o numerário aplicado em fundos de investimentos financeiros, depositados no Banco Itaú S.A., são remunerados com base na variação de 102% do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI) (2013 - 103%).

Conforme prevê o estatuto social do Instituto, os recursos mantidos em caixa e equivalentes de caixa têm as seguintes destinações:

	2014	2013
Investimentos nas atividades	10.675	16.195
Destinação de embalagens vazias	1.478	9.311
	12.153	**25.506**

7 CONTAS A RECEBER

	2014	2013
Contribuições de associadas - Agroquímicos	4.077	4.489
Recicladores		
Credenciamento de recicladores	1.037	1.248
Ingresso para custeio de UREs	2.727	2.467
Provisão para créditos de realização duvidosa	(4.059)	(3.256)
Arrendamento operacional - Campo Limpo S.A.	499	457
Outras contas a receber	8	4
	4.289	**5.409**

As movimentações na provisão para créditos de realização duvidosa de contas a receber de clientes do Instituto são as seguintes:

	2014	2013
Em 1º de janeiro	(3.256)	(2.309)
Adições (i)	(1.121)	(1.238)
Baixas por recebimento	318	291
Em 31 de dezembro	(4.059)	(3.256)

A provisão para créditos de realização duvidosa foi constituída com os critérios a seguir descritos:

- Saldo em aberto de associadas com títulos vencidos há mais de 90 dias.

- Parcelamento de débitos (renegociações) vencidos.

Em 2014, o Instituto, após cobranças amigáveis e, por meio de seus advogados, decidiu impetrar processo judicial contra uma associada inadimplente Fersol Indústria e Comércio Ltda. cujo saldo em aberto em 31 de dezembro de 2014 correspondia ao valor de R$ 3.383 (2013 – R$ 2.893).

Os valores a receber apresentam os seguintes prazos de vencimento:

	2014	2013
A vencer	4.067	3.634
Vencidos		
Até 60 dias	329	1.680
De 61 a 90 dias	178	5
De 91 a 180 dias	154	571
De 180 a 360 dias	382	867
Superiores a 360 dias	3.239	1.908
	8.349	**8.665**

8 ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS

	2014	2013
Adiantamentos a funcionários	70	57
Adiantamentos de férias	260	139
Adiantamento de 13º salário	72	67
Adiantamentos para centrais e postos (*)	5.907	3.433
Outros adiantamentos	49	9
	6.358	**3.705**

(*) Conforme acordo firmado com as associações de revendas responsáveis pela administração das centrais e dos postos de recebimento de embalagens vazias, vigente até novembro de 2009, o Instituto foi responsável por parte dos custos incorridos e respectivos déficits apurados. Com a vigência do novo modelo de negócios (Nota 1.1), a partir de dezembro de 2009, o Instituto passou a ser responsável pela gestão dos recursos gerados pela remessa das embalagens aos recicladores e ressarcimento da totalidade dos custos incorridos pelas associações de revendas.

Em certas circunstâncias, o Instituto concede adiantamentos às centrais e postos, com base na média dos últimos três meses do total das despesas apresentadas pela central. Tais adiantamentos são reconhecidos no resultado do exercício por meio de apresentação da documentação-suporte dos gastos incorridos.

9 CAUÇÃO ALUGUEL

O saldo de R$ 61 (2013 - R$ 60) está representado pelo valor do depósito em caderneta de poupança, acrescido de juros, referente à caução definida no contrato de locação do imóvel onde está instalada a sede do Instituto. Ao final do contrato, o valor será resgatado.

10 IMOBILIZADO

	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Equipamentos e instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Outros	Total em operação	Obras e máquinas andamento	Imobilizado total
Saldos em 31 de dezembro de 2012	431	15.026	29.217	828	408	13	45.923	6.265	52.188
Aquisição		3	2.291	580	45	19	2.938	9.549	12.487
Baixa				(140)	(1)		(141)	(4)	(145)
Transferência			4.411		(14)		4.397	(4.397)	
Depreciação		(686)	(3.667)	(517)	(62)	(12)	(4.944)		(4.944)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	431	14.343	32.252	751	376	20	48.173	11.413	59.586
Custo total	431	17.385	42.354	1.328	699	78	62.275	11.413	73.688
Depreciação acumulada		(3.042)	(10.102)	(577)	(323)	(58)	(14.102)		(14.102)
Valor residual	431	14.343	32.252	751	376	20	48.173	11.413	59.586
Saldos em 31 de dezembro de 2013	431	14.343	32.252	751	376	20	48.173	11.413	59.586
Aquisição		134	1.335	573	27	35	2.104		2.104
Baixa			(54)	(244)	(2)		(300)		(300)
Transferência			11.408	4	1		11.413	(11.413)	
Depreciação		(714)	(5.271)	(228)	(62)	(8)	(6.283)		(6.283)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	431	13.763	39.670	856	340	47	55.107		55.107
Custo total	431	17.519	55.009	1.421	728	114	75.222		75.221
Depreciação acumulada		(3.756)	(15.339)	(565)	(388)	(67)	(20.115)		(20.115)
Valor residual	431	13.763	39.670	856	340	47	55.107		55.107

Com o objetivo de promover a auto sustentabilidade econômica do sistema Campo Limpo (logística reversa das embalagens vazias de defensivos agrícolas) beneficiando todos os elos da cadeia, os associados constituíram uma entidade em separado, denominada Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos S.A. (“Campo Limpo S.A.”). Os ativos da Campo Limpo S.A. foram adquiridos pelo inpEV e estão registrados como imobilizado do Instituto. O total desses ativos soma em 2014 o valor de R$ 61.891 (2013 - R$ 61.876).

Em 1º de maio de 2008, o Instituto firmou contrato de locação do imóvel, equipamentos industriais, instalações elétricas, hidráulicas, de gás, ferramentas, veículos, móveis e utensílios, computadores e periféricos, e demais bens que estão instalados e em funcionamento, bem como equipamentos sobressalentes pertencentes ao imóvel com a empresa Campo Limpo S.A. Tal contrato possui prazo de dez anos com renovação automática por igual período, caso não seja denunciado por qualquer das partes.

Os ativos arrendados à Campo Limpo S.A. estão demonstrados como segue:

Descrição	2014		
	Custo	Depreciação acumulada	Valor residual
Edificações e benfeitorias	16.811	(3.334)	13.477
Equipamentos e instalações	44.167	(10.969)	33.198
Veículos	401	(173)	228
Móveis e utensílios	489	(224)	265
Outros	23	(22)	1
	61.891	(14.722)	47.169

Descrição	2013		
	Custo	Depreciação acumulada	Valor residual
Edificações e benfeitorias	16.794	(2.666)	14.128
Equipamentos e instalações	32.770	(6.637)	26.133
Veículos	387	(214)	173
Móveis e utensílios	489	(176)	313
Outros	23	(21)	2
Imobilizado em andamento	11.413		11.413
	61.876	(9.714)	52.162

11 INTANGÍVEL

	Softwares adquiridos	Licença de uso	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012	234	58	292
Aquisição	167	27	194
Transferência	24	(24)	
Baixa	(30)		(30)
Amortização	(100)	(34)	(134)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	295	27	322
Custo total	950	373	1.323
Amortização acumulada	(655)	(346)	(1.001)
Valor residual	295	27	322
Saldos em 31 de dezembro de 2013	295	27	322
Aquisição	76	51	127
Transferência	62	(62)	
Amortização	(119)	(16)	(135)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	314		314
Custo total	1.438		1.438
Amortização acumulada	(1.124)		(1.124)
Valor residual	314		314

Os ativos intangíveis relacionados à Campo Limpo S.A. em 31 de dezembro de 2014 estão demonstrados como segue:

Descrição	Custo	Amortização acumulada	Valor residual
Hardware e *software*	358	(257)	101

12 CONTINGÊNCIAS

As discussões judiciais e seus correspondentes depósitos judiciais estão apresentados conforme seguem:

Descrição	Depósitos judiciais		Discussão judicial	
	2014	2013	2014	2013
Tributária - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) [i]	9.160	7.497	9.216	7.544
Trabalhistas [ii]			445	277
	9.160	7.497	9.661	7.821
Depósitos judiciais relacionados com discussões judiciais	(9.160)	(7.497)	(9.160)	(7.497)
Valor líquido das discussões judiciais			501	324
Menos passivo circulante			(56)	(47)
No passivo não circulante			**445**	**277**

Movimentação das discussões judiciais no exercício de 2014 está demonstrada a seguir:

	Tributária	Trabalhista	Total
Em 31 de dezembro de 2012	6.306	113	6.419
Complemento / adições [iii]	797	224	1.021
Baixa		(60)	(60)
Atualização monetária	441		441
Saldos em 31 de dezembro de 2013	7.544	277	7.821
Complemento/adições [iii]	952	168	1.120
Atualização monetária	720		720
Saldos em 31 de dezembro de 2014	9.216	445	9.661

i) Desde 2004, o Instituto tem gerado receitas de taxa de credenciamento conforme acordos firmados com as recicladoras. O Instituto e seus advogados tributaristas, diferentemente da Receita Federal do Brasil (RFB), entendem que essas receitas não são passíveis de tributação do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). Dessa forma, em 2 de julho de 2004, o Instituto formulou uma consulta à Superintendência Regional da Receita Federal da 8a Região Fiscal, em São Paulo, a fim de esclarecer a omissão legislativa acerca da tributação do PIS e da COFINS sobre outras receitas (receitas de taxa de credenciamento) nas entidades sem fins lucrativos, isentas do imposto de renda.

Em 9 de junho de 2008, o Instituto obteve resposta positiva com relação à consulta referente ao PIS, sendo confirmado o pagamento apenas sobre os saldos de folha de pagamento, o que, regularmente, tem sido realizado desde o início de suas operações, em março de 2002.

Entretanto, com relação à COFINS, a resposta da Superintendência Regional da Receita Federal foi negativa, confirmando a tributação sobre tal receita. O Instituto, apoiado por seus advogados tributaristas, manteve o posicionamento contrário a decisão da RFB e, em fevereiro de 2009, impetrou mandado de segurança para assegurar o seu direito de não recolher a COFINS sobre a taxa de credenciamento. Em 13 de maio de 2009, foi indeferido o pedido de liminar solicitado pelo Instituto relativamente ao mandado de segurança.

Em outubro de 2013 foi proferida sentença que não concedeu o pedido do inpEV e determinou o pagamento da COFINS. Em novembro de 2013 o Instituto apresentou recurso ao Tribunal Regional Federal, para o qual ainda não há previsão de julgamento.

Preventivamente e, com o objetivo de salvaguardar o valor original da obrigação fiscal, o Instituto efetuou depósito judicial da totalidade do valor provisionado acrescido de multas e juros, referente ao período de 2004 a dezembro de 2014, que totalizou R$ 9.160 (2013 - R$ 7.497). O correspondente depósito judicial está sendo apresentado pelo valor líquido no passivo.

Além dos aspectos da COFINS anteriormente referidos, com base na opinião dos advogados externos do Instituto, e por referirem-se à transmissão de informação e conhecimento técnico relativo ao tratamento de embalagens vazias até o seu destino final, as receitas não estão sendo objeto de tributação de qualquer outro tributo.

Em 2014, a Fazenda Nacional apresentou suas Contra-Razões em face do Recurso de Apelação interposto pelo Instituto e os autos foram remetidos ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Atualmente, aguarda-se o julgamento do Recurso de Apelação interposto pelo Instituto.

(ii) Em 2014, foi constituída provisão parcial trabalhista no montante de R$ 168, para um funcionário da associação AEAGRO, na qual o instituto colabora com 70% das despesas da associação.

(iii) O valor de R$ 952 (2013 – R$ 797), refere-se a discussão judicial de tributação da COFINS sobre a taxa de credenciamento.

(a) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço
O Instituto tem ações de naturezas trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	2014	2013
Trabalhistas		80

13 ADIANTAMENTOS DE ASSOCIADAS

Considerando que as contribuições das empresas associadas são para custear todas as despesas com o processo de recebimento, transporte e destinação final, dentre outros, das embalagens vazias, as contribuições das associadas que ultrapassam o montante dos custos e despesas incorridos, são contabilizados na rubrica de adiantamento de associadas.

A movimentação dos adiantamentos de associadas é conforme segue:

	1º de janeiro de 2013	Adições	Baixas	31 de dezembro de 2013
Contribuições dos associados [i]	11.260	53.270	(51.744)	12.786
Associados de sementes	528		(334)	194
Associados saneantes	4		(4)	
	11.792	**53.270**	**(52.082)**	**12.980**

	1º de janeiro de 2014	Adições	Baixas	31 de dezembro de 2014
Contribuições dos associados [i]	12.786	54.289	(56.144)	10.931
Associados de sementes	194			194
Crop Life Associados saneantes [ii]		35	(34)	1
Outros		2		2
	12.980	**54.326**	**(56.178)**	**11.128**

(i) O orçamento do Instituto de cada exercício considera investimentos necessários com expansão, manutenção e melhorias nas centrais e postos. O saldo remanescente ao final de cada exercício corresponde à parcela de investimentos aprovados em determinado exercício, porém, não incorridas até aquele encerramento.

As adições dos associados no valor de R$ 77.092 (Nota 15), são contribuições estimadas por associado que, considerando o desconto da contribuição dos associados, no valor de R$22.000 (Nota 7), e o valor da contribuição de cliente inadimplente (Nota 7), no valor de R$ 803, resulta em um montante líquido no valor de R$ 54.289. Este valor é considerado como sendo o necessário para cumprir com as atividades do Instituto durante o exercício de 2014, conforme orçamento anual aprovado em assembleia.

As baixas de 2014, representando o reconhecimento de receita das contribuições das associadas no valor de R$ 56.144, corresponde ao total despesas incorridas no exercício de 2014, no valor de R$ 108.715, subtraído das receitas geradas pelo sistema , no montante de R$ 52.571.

O saldo remanescente em 31 de dezembro de 2014, no valor de R$ 10.931, decorre das diferenças positivas auferidas entre os valores estimados e realizados de 2014 e exercícios anteriores e que estão à disposição dos associados para empenho à consecução das atividades dos próximos exercícios. O saldo de contribuições dos associados em 31 de dezembro de 2014 no valor de R$ 10.931 (2013 - R$ 12.786), inclui verbas com manutenção, melhorias e construções de postos e centrais aprovadas no orçamento de 2014 as quais serão incorridas no exercício de 2015, no valor de R$ 3.155 (2013 - R$ 4.595) (Nota 22).

(ii) Em agosto de 2013, o Instituto foi convidado a apresentar um projeto de auto sustentabilidade que, após seleção, teriam parte de seus custos financiados com recursos da CropLife América Latina. Os projetos candidatos a receber o aporte financeiro da CropLife deveriam obedecer os seguintes requisitos:

- Apresentar uma contrapartida local, cujo aporte deveria cobrir, no mínimo, 30% do custo total. Os gastos fixos de operação da associação local não poderiam ser alocados como parte dos investimentos do projeto;

- O montante máximo a ser investido no projeto pela CropLife é de US$ 15 mil anuais por dois anos;

- Seriam priorizados projetos com duração de dois ou três anos, assim como, aqueles com propostas de financiamento que tivessem a participação de outras entidades vinculadas à associação local.

O Instituto inscreveu o "Projeto de Implantação de Recebimentos Itinerantes de Embalagens Vazias de Defensivos Agrícolas no Estado do Ceará (Brasil)".

Em dezembro de 2013 o Instituto foi comunicado que seu projeto foi selecionado e a primeira transferência, no valor de R$ 35 (equivalente a US$ 15 mil), foi realizada em setembro de 2014.

14 PATRIMÔNIO SOCIAL

Conforme artigo do estatuto social do Instituto, o patrimônio social, receitas, recursos e eventual superávit operacional serão aplicados integralmente no país, na manutenção e no desenvolvimento dos objetivos institucionais, sendo vedada qualquer forma de distribuição de resultados, dividendos, participações ou de diluição de parcela de seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto.

PLANO DE REDUÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES

O projeto original de auto sustentabilidade do inpEV previa, em determinado momento futuro, o início da redução das contribuições das associadas em decorrência das gerações de receitas conforme definido em seu modelo de negócios (Nota 1.1). Conforme previsto na 121º Ata de reunião do conselho diretor do inpEV, datada de 30 de setembro de 2013, ficou aprovada a diminuição das contribuições das associadas para o exercício de 2014 no valor de R$ 22.000 (2013 – R$ 19.100).

15 RECEITA LÍQUIDA DAS ATIVIDADES

	2014	2013
Contribuições das associadas - agroquímicas (Nota 13)	77.092	70.844
Taxa de credenciamento de recicladores (Nota 16)	12.227	10.492
Ingressos para custeio de UREs (Nota 17)	30.004	24.646
Contribuições extraordinárias (repasse dos dividendos dos associados-acionistas da Campo Limpo S.A. (Nota 18)	4.064	4.770
Arrendamento mercantil operacional (Nota 19)	5.882	6.095
Trabalhos voluntários (Conselhos Diretor e Fiscal)	484	440
Outros	394	322
	130.147	117.609
Deduções das receitas		
Desconto na contribuição de associados 2014 (Nota 14 (i))	(22.000)	(19.100)
COFINS sobre taxa de credenciamento	(953)	
COFINS sobre o arrendamento	(447)	(463)
Receita líquida das atividades	**106.747**	**98.046**

16 TAXA DE CREDENCIAMENTO DE RECICLADORES

Em 2004, o Instituto firmou convênios com as empresas recicladoras referentes a serviços de cooperação técnica e operacional na área de reciclagem de resíduos plásticos taxa de credenciamento de recicladoras. Esses serviços consistem em desenvolvimento, treinamentos e estudos de melhorias das etapas do processo de reciclagem.

Como resultado desses convênios, o Instituto registrou uma receita em 2014 no montante de R$ 12.227 (2013 - R$ 10.492).

17 INGRESSOS PARA CUSTEIO DE URES

A partir de 1o de dezembro de 2009, com o advento do novo modelo de remessa de embalagens, passa a existir uma nova forma de receita gerada pelo reciclador, denominada ingressos para custeio de UREs. Conforme descrito na Nota 1.1, as receitas auferidas com os ingressos para custeio de UREs são utilizadas para subsidiar os custos incorridos pelas unidades de recebimento de embalagens vazias.

Em 2014, as receitas auferidas com ingressos de custeio de UREs totalizaram R$ 30.004 (2013 - R$ 24.646).

18 CONTRIBUIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS (REPASSE DOS DIVIDENDOS DOS ASSOCIADOS/ ACIONISTAS DA CAMPO LIMPO S.A.)

Conforme prevê o acordo de acionistas da Campo Limpo S.A., os montantes recebidos a título de dividendos recebidos desses acionistas, os quais são substancialmente associadas do Instituto, devem ser investidos no aperfeiçoamento constante do sistema de operação, logística e gestão da destinação final de embalagens vazias de produtos fitossanitários, incluindo, atividades de apoio e orientação aos participantes do referido sistema.

Sendo uma receita do negócio recicladora, a administração do Instituto reconheceu como contribuição extraordinária a totalidade dos dividendos recebidos da empresa Campo Limpo S.A. do exercício de 2014 no valor de R$4.064 (2013 - R$ 4.770).

19 ARRENDAMENTO MERCANTIL OPERACIONAL

Refere-se ao contrato de locação do imóvel e equipamentos industriais, instalações elétricas, hidráulicas, de gás, ferramentas, veículos, móveis e utensílios, computadores e periféricos, e demais bens que estão instalados e em funcionamento para a companhia Campo Limpo - Reciclagem e Transformação de Plásticos S.A. O valor do aluguel corresponde a 10% do faturamento líquido mensal apurado pela locatária, sendo o valor mínimo de R$ 50 mensais.

O contrato de arrendamento mercantil operacional contempla, também, uma cesta de serviços que o Instituto presta a Campo Limpos S.A. relacionados, principalmente, com tecnologia da informação, acompanhamento tributário e comunicação.

Os pagamentos mínimos futuros de arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis de aluguel da fábrica Campo Limpo S.A., construída em Taubaté, no total e para cada um dos seguintes períodos, são apresentados a seguir:

	2014	2013
Até um ano	6.179	6.020
Mais de um ano até cinco anos	22.253	24.080
	28.432	**30.100**

Os pagamentos mínimos futuros para período superior a cinco anos, contempla recebimento de arrendamento considerando dez anos, período de vigência do contrato, e sua renovação por mais dez anos, após concordância de ambas as partes, em um total de vinte anos.

20 DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

A administração das despesas administrativas e gerais do Instituto é efetuada por meio de três segmentos, conforme apresentados a seguir:

	2014	2013
Despesas com infraestrutura	(25.941)	(22.515)
Processo de suporte	(5.582)	(6.647)
Processo básico	(77.192)	(64.210)
	(108.715)	**(93.372)**

Nas datas das demonstrações financeiras, o Instituto apresentava os seguintes saldos relacionados a despesas administrativas e gerais:

	2014	2013
Despesas com infraestrutura		
Ocupação	(477)	(453)
Gastos com pessoal acrescido dos encargos sociais	(13.513)	(11.372)
Trabalhos voluntários (Conselhos Diretor e Fiscal)	(484)	(440)
Gastos gerais (i)	(8.462)	(7.620)
Serviços de terceiros (ii)	(1.359)	(982)
Tecnologia da informação	(1.543)	(1.085)
Institucional	(587)	(563)
	(26.425)	(22.515)
Processo de suporte		
Jurídico (iii)	(673)	(673)
Comunicação, educação e campanhas (iv)	(4.032)	(3.821)
Desenvolvimento tecnológico	(202)	(201)
Projetos (v)	(675)	(1.952)
	(5.582)	(6.647)
Processo básico		
Operações (vi)	(44.116)	(37.301)
Logística (vii)	(22.173)	(19.453)
Destinação final (viii)	(10.903)	(7.456)
	(77.192)	**(64.210)**

i) Refere-se principalmente a despesas de depreciação e amortização, no valor total de R$ 6.498 (2013 - R$ 5.078).

(ii) Refere-se principalmente a despesas com as seguintes assessorias:

• Tributárias e fiscais - R$ 202 (2013 - R$ 261).

• Recursos humanos - R$ 109 (2013 - R$45).

• Auditoria interna e externa - R$ 490 (2013- R$ 359).

• Administrativa - R$ 41 (2013 - R$ 33).

(iii) Refere-se principalmente a suporte de assessores jurídicos externos no acompanhamento de processos em andamento - R$ 673 (2013 - R$ 673).

(iv) Refere-se a gastos com eventos para comunicação, divulgação e treinamentos. O saldo está composto principalmente por:

• Gastos com campanha - R$ 409 (2013 - R$ 468).

• Dia Nacional Campo Limpo - R$ 1.648 (2013 - R$ 1.719).

• Material de comunicação e institucional - R$ 573 (2013 - R$ 555).

• Campanha regional tríplice lavagem - R$ 86 (2013 - R$ 117).

• Serviços de terceiros e comunicação - R$ 534 (2013 - R$ 473).

• Eventos institucionais - R$ 407 (2013 - R$ 489).

(v) Trata-se de uma atividade do Instituto direcionada a gerir projetos pré-aprovados pelo Conselho Diretor, principalmente, o da retirada de produtos obsoletos e impróprios R$ 1.034 (2013 - R$ 1.952), constantes no orçamento anual.

(vi) Refere-se, principalmente, a custos incorridos pelas unidades de recebimento de embalagens vazias e reembolsados pelo Instituto para a ampliação, reformas e manutenção de centrais e postos, no valor de R$29.199 (2013 - R$ 34.887) e construção de centrais e postos, no valor de R$ 11.620 (2013 - R$ 1.130).

(vii) Refere-se substancialmente a despesas incorridas com fretes para transporte de embalagens vazias, lavadas para reciclagem, no valor de R$ 18.159 (2013 - R$ 15.697) e não lavadas para incineração no valor de R$ 1.492 (2013 - R$ 979).

(viii) Refere-se a despesas com incineração de embalagens não lavadas. O Instituto trabalha com sete empresas que efetuam o processo de incineração. Os gastos incorridos com incineração estão distribuídos conforme segue:

	2014	2013
Incinerar Serviços Coleta e Destinação de Resíduos S/C Ltda.	(2.393)	(3.565)
Basf S.A.	(180)	(2.598)
Essencis Soluções Ambientais S.A.	(4.933)	(1.175)
Ecovital – Central de Gerenciamento Ambiental	(2.361)	
Haztec Tecnologia e Planejamento Ambiental	(1.168)	
Ecochamas	(37)	
Outros		(118)
	(11.072)	**(7.456)**

21 REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

O corpo diretivo do Instituto inclui, além do presidente, cinco gerentes executivos. A remuneração paga ou a pagar por serviços destes funcionários está demonstrada a seguir:

	2014	2013
Salários, férias e 13o salário	(2.586)	(2.259)
Encargos	(1.166)	(1.028)
Outras remunerações(*)	(1.597)	(1.154)
	(5.349)	**(4.441)**

(*) Outras remunerações incluem valores relacionados com bônus anual, previdência privada de contribuição definida, assistência médica e seguro de vida em grupo.

22 COMPROMISSOS FIRMADOS

Durante o exercício de 2014, o Instituto firmou contratos com terceiros para manutenção e implementação de melhorias em suas unidades de gestão de negócio que, embora aprovadas no orçamento de 2014, serão executadas no exercício de 2015. Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, os compromissos firmados com terceiros estão distribuídos conforme segue:

	2014	2013
Processo com infraestrutura(i)	(367)	(229)
Processo de suporte (ii)	(1.953)	(1.925)
Processo básico (iii)	(835)	(2.441)
	(3.155)	**(4.595)**

(i) Representado por despesas previstas com informática e administrativo, nos valores de R$ 150 e R$ 217, respectivamente.

(ii) Representado, principalmente, por projetos de retirada de obsoletos e impróprios no valor de R$ 1.497.

(iii) Representado por melhorias de equipamentos das centrais e contratos de incineração, nos valores de R$ 667 e R$ 168, respectivamente.

23 SEGUROS

O Instituto busca no mercado apoio de consultores de seguros para estabelecer coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas, em 31 de dezembro de 2014, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

Local	Importâncias seguradas
InpEV - escritório	5.000
Incêndio de bens do imobilizado	200
Responsabilidade civil	
InpEV - 112 centrais	3.797
Incêndio de bens do imobilizado	2.500
Responsabilidade civil	

24 EVENTO SUBSEQUENTE

REDUÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO DAS ASSOCIADAS DE 2015

Conforme previsto na 26ª Assembleia Geral Ordinária do inpEV, datada de 15 de setembro de 2014, está previsto redução das contribuições das associadas no valor total de R$ 21.769 a serem distribuídos distintamente entre as associadas do Instituto sendo que as associadas-acionistas da Campo Limpo S.A. terão sua contribuição reduzida, primeiramente, pelo valor dos dividendos a serem recebidos da Campo Limpo S.A. em outubro de 2015.

João Cesar Meneghel Rando
Diretor Presidente - inpEV

Regina Marta de Santana Sousa
Contadora inpEV CRC 1SP177254/O-6

CRÉDITOS

Equipes responsáveis
Presidência e Sustentabilidade (inpEV)

Materialidade, consultoria GRI, coordenação editorial e *design*
Report Sustentabilidade – www.reportsustentabilidade.com.br

Revisão
Assertiva Produções Editoriais

Produção gráfica
Caroline Puccetti Gonçalves

Impressão e acabamento
Gráfica: Stilgraf
Tiragem: 1.500 exemplares
Papel: Duodesign, 350 g/m² (capa) e Evenglow Opalina Diamond, 120 g/m² e Markatto Originalle Crema, 120g/m² (miolo)

Família tipográfica
Swiss 721, criada por Max Miedinger, 1982

inpEV
Rua Capitão Antônio Rosa, 376, 7º andar
CEP 01443-101 São Paulo – SP
Tel.: 11 3059 4400

Para tirar dúvidas ou fazer críticas e sugestões sobre este relatório, entre em contato pelo canal Fale Conosco, no *site* www.inpev.org.br

Buscando minimizar o impacto ambiental desta publicação, todas as tintas utilizadas na impressão são feitas à base de óleos vegetais, e a laminação da capa é biodegradável.

/inpevbrasil /inpEV